



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 04/XI-1º/2013-14

1 - Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas 21H15, no Edifício Sede do Poder Local da Freguesia do Feijó, sito na rua da Alembração, no Feijó, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, Efetivo e Suplente, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Lei 14/2004, de 8 de maio, artº 5º, nº 1, al. b)).

3.2 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, Efetivo e Suplente, no Conselho Municipal de Educação (DL 7/2003, de 15 de janeiro e Lei 41/2003, de 22 de agosto, artigo 5º, nº 1, al. d)).

3.3 - Eleição de Representante da Assembleia Municipal (efetivo e suplente) na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica (despacho do SEOTC nº 11.191/2007, DR 2ª Série, nº 110, de 8 de junho).

3.4 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica (Protocolo de Acordo entre MAOT/CMA, Cap. V, Cláusula 9º).

3.5 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3.6.1 - “Opções do Plano e Orçamento do Município para 2014 e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal”;

3.6.2 - “Opções do Plano e Orçamento para 2014 e Mapa de Pessoal dos SMAS”.

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2014”.

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de “Excecionalmente não aplicar em janeiro de 2014 da atualização prevista no artigo 2º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços”.

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Programa a Celebrar entre o Município e a ECALMA”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; João Ricardo Lourenço Quintino; Rita Magda Pinheiro Pereira; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; João Rafael Faustino de Almeida; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Sagueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 18 de dezembro de 2013, (Ent. nº 462/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 18 de dezembro de 2013, (Ent. nº 367/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).

- O Sr. Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 18 de dezembro de 2013, (Ent. nº 463/XI-1º), (**Conforme Anexo III**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 18 de dezembro de 2013, (Ent. nº 468/XI-1º), (**Conforme Anexo IV**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V**).

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- A Candidata Senhora Filipa Raquel da Silva Barroso, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).

- O Candidato Senhor Paulo Filipe Pereira Viegas, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).

**4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respectivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias, Senhora Marta Alexandra Osório de Matos, (**Conforme Anexo IX**).

**4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.4** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 146/XI-1º ao 406/XI-1º do Expediente Enviado do nº 93/XI-1º ao nº 239/XI-1º, Atividade dos Membros da Mesa - Informação Nº 01/13-14, Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 02/XI-1º/2013-14 e das Atas Nºs 02/XI-1º/2013-14 e 03/XI-1º/2013-14 e das Minutas das Atas Nºs 02/XI-1º/2013-14 e 03/XI-1º/2013-14 para posterior aprovação e ratificação.

**5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação do Requerimento apresentado:

**5.1** - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes um Requerimento solicitando informações sobre “as medidas tomadas pela Câmara Municipal de Almada relativamente às



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

consequências da intempérie no passado dia 23 de outubro, em locais do Concelho de Almada”.

5.1.1 - A Câmara respondeu através do ofício 471/GP, de 14 de novembro de 2013.

5.1.2 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 15 de novembro de 2013, através do ofício nº 113/XI-1º.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Alexandre Guerreiro, residente em Almada.

6.1.1 - O Exm.º Senhor Alexandre Guerreiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começo por desejar Boas Festas a todos e fazer votos que o ano 2014 seja naturalmente melhor do que aquilo que tivemos este ano e que tivemos nos outros anos.

Os Julgados de Paz são tribunais extrajudiciais que operam, primordialmente, como meio extrajudicial de resolução de litígios nas áreas cível e criminal. Graças aos Julgados de Paz tem sido possível descongestionar o movimento processual dos tribunais e permitir que estes se concentrem em causas mais complexas, permitindo-lhes decidir mais rapidamente e melhor. Simultaneamente, os números dos Julgados de Paz demonstram as vantagens que estes tribunais podem trazer ao nível da resolução de litígios com causas até ao valor da alçada da 1ª instância (5.000 euros): de acordo com dados disponibilizados pela Direção Geral de Política de Justiça, em 2012, deram entrada 11.292 processos nos Julgados de Paz de todo o País, dos quais 10.971 foram findos. O tempo médio de resolução de um conflito num Julgado de Paz é inferior a 3 meses.

Dado o sucesso alcançado entrou em vigor a 01 set 2013 uma alteração legislativa à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz que amplia a competência destes para questões cujo valor não exceda 15.000 euros.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em Almada, o Tribunal de Comarca e de Família e Menores registou, em 2012, a entrada de 723 ações declarativas e manteve pendentes 1.225 processos. Lamentavelmente, Almada é caso raro entre os concelhos com maior densidade populacional no País que não têm um Julgado de Paz. E, como sabemos, muita gente não recorre à justiça por ser demasiado onerosa. O recurso aos Julgados de Paz implica o pagamento de uma taxa de justiça que, na pior das hipóteses, terá o custo de 70 euros por todo o processo. Isto permitiria resolver questões de condomínios, dívidas de menor valor, entre outras que ou entopem os tribunais judiciais ou então não dão entrada pela onerosidade do sistema de justiça.

Ao mesmo tempo, poderia ser estendida a competência do Julgado de Paz de Almada a outros concelhos, aumentando o volume de trabalho e criando, também mais postos de trabalho para darem resposta ao movimento processual. Nesse sentido, venho apelar a que esta Assembleia discuta a votação de uma proposta de resolução que vincule a Câmara Municipal a criar uma infraestrutura e negociar com o Governo a constituição de um Julgado de Paz para Almada, porque é graças ao Julgado de Paz que conseguimos aproximar a justiça dos cidadãos.”

**6.1.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal para prestar informação.**

**6.1.1.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

Eu permitia-me informar o Sr. Município Alexandre Guerreiro que a Assembleia tem vindo a tomar posição sobre os Julgados de Paz desde há pelo menos dez anos, tendente a exigir para Almada um Julgado de Paz. No Fórum Romeu Correia foi feito um amplo debate sobre os Julgados de Paz, na altura esteve presente o Diretor Geral das Infraestruturas Judiciais que é neste momento militante do CDS-PP e que é também neste momento o Secretário de Estado da Justiça e que nessa mesma reunião Almada reivindicava ter um Julgado de Paz.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Até hoje não se conseguiu, talvez agora com a sua ajuda também, se consiga um Julgado de Paz para Almada.”

**6.2** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Monteiro, residente na Charneca Caparica.

**6.2.1** - O Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Monteiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente Autarquia e Vereadores Municipais, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Presidentes Juntas Freguesias, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados Municipais e restantes presentes, a todos uma boa noite!

Somos um grupo de Pais da EB1 Marco Cabaço, que recentemente se agrupou para dar corpo aos anseios e necessidades das crianças que frequentam a Escola, tentando ajudar a resolver alguns dos problemas que a mesma enfrenta. A anterior Associação de Pais, que não era composta por Pais, criou alguns problemas no início deste ano, pela sua inação. Assim, vimos informar-vos, ao mesmo tempo que solicitamos a vossa ajuda na resolução de problemas que a seguir discriminamos. Nomeadamente e em 1<sup>o</sup> lugar:

1 - Falta de Auxiliares de Ação Educativa. O nível de dotação em auxiliares da escola encontra-se abaixo dos níveis legais previstos na Portaria nº 1049-A/2008, de 16 de setembro. Esta escola, de momento, está a funcionar com 3 auxiliares, número que nos parece insuficiente. Mas isto é um problema que todas as escolas do Concelho têm. A diferença é que as outras EB, recebem por exemplo verbas da Câmara Municipal de Almada, através da celebração de Protocolos de Vigilância dos Refeitórios que existia com a outra Associação de Pais, mas é que foi revogado. Como é que três pessoas tomam conta de cerca de 180 crianças!



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

2 - Atividades Enriquecimento Curricular. Manifestamos a nossa preocupação quando às várias vagas de professores na EB de Marco Cabaço. No momento, não existe Professor de Educação Física, nem de Inglês II. Em consequência, as crianças do 1º até o 4º ano tem AEC parcialmente, o que é preocupante quanto à formação das crianças e à utilização das verbas Ministeriais que existem para o efeito. Também, neste aspeto temos algumas dúvidas, o Ministério continua ou não a transferir verbas para estas atividades? Com a Associação de Pais atual, muitas perguntas não têm resposta.

3 - A inexistência de ATL/CAF (Componente de Apoio à Família) - Esta enorme falta resultou do colapso da outra Associação de Pais mas também da alteração dos horários das atividades letivas pelo Ministério, e que coloca as famílias mais necessitadas e cujos pais trabalham, num impasse. Depois de um processo de comunicação entre a anterior Associação de Pais e os Pais, no mínimo, de qualidade questionável, viemos a ser informados, de que apesar de haver cerca de 30 interessados em frequentar o ATL/CAF, a tal Associação de Pais achou que não havia condições, leia-se número de crianças interessadas, para que este imprescindível apoio às famílias se efetivasse. Qual o número mínimo de crianças necessário para que um ATL/CAF, absolutamente necessário às Famílias, funcione? Relembrar que na última década, a responsabilidade das CAF/ATL tem recaído sobre as Associações de Pais, quando esta nem tem esta obrigação nem competência para gerir ATLS e, quando noutros Concelho têm sido as Autarquias a assegurar estas atividades. Qual vai ser a solução para o próximo ano? Quem vai, este ano, garantir que estas questões não se vão colocar, na abertura do próximo ano escolar?

E por último, as condições de limpeza no espaço envolvente à EB de Marco Cabaço que são absolutamente inaceitáveis. Presença de contentores de lixo à entrada da escola, que levam também à presença de monos. A presença de dejeções caninas nos passeios que envolvem





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a escola, e falta de limpeza geral na rua onde, por mera coincidência a Junta de Freguesia tem o seu estaleiro.

Certos de que serão feitos os melhores esforços de todos os que têm responsabilidades diretas para ajudarem a resolver os problemas aqui trazidos, nos despedimos com desejos sinceros de Boas Festas para todos.”

**6.3** - Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Lúcia Saldanha Capelo de Abreu Galvão, residente em Lisboa.

**6.3.1** - A Exm.<sup>a</sup> Senhora Lúcia Saldanha Capelo de Abreu Galvão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou Professora, embora aposentada há dois anos, não deixo nunca de ser Professora, sou também dirigente sindical.

Pedi a palavra hoje por dois motivos principais.

Um, dar um breve esclarecimento sobre as razões pelas quais os Professores se opõem à realização da tão falada prova de conhecimentos e competências. Porque em matéria de futebol e de ensino, há muitos treinadores de bancada, mas nem todos estão de facto a par da realidade das Escolas e dos problemas que se põe ao ensino.

A segunda razão que me levou a inscrever foi manifestar a minha revolta e a minha indignação por aquilo que se passou hoje aqui no Concelho, nomeadamente, na Escola Emídio Navarro, onde a presença da polícia de choque para expulsar do espaço que mediava entre as grades da escola e a porta de entrada, a polícia de choque sentiu-se na obrigação certamente chamada por alguém responsável pela escola, porque de outra maneira não se entende a sua presença, sentiu-se obrigada a empurrar os Professores que ali se concentravam dizendo palavras de ordem contra a prova, como se de perigosos terroristas se tratasse.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sobre o esclarecimento de que falei em primeiro lugar e que acho que vale a pena dar, as pessoas opõem-se a esta prova porque a prova é um embuste de facto. A prova destina-se, é mais uma das manobras utilizadas pelo Ministério e pelo Governo, para reduzir drasticamente o número de Professores nas Escolas. Não tem outro objetivo senão este.

Senão vejamos, dizer aos Professores que eles têm de prestar provas de que têm conhecimentos e que têm competências, então os Professores não saíram de Universidades certificadas pelo Ministério com o diploma passado por essas Universidades? Então o que o Ministério nos está a dizer é que as Universidades que ele próprio certifica afinal não valem nada? Não têm qualidade? E a este propósito estranho e indigna-me o silêncio ensurdecedor que se ouve por parte das Universidades a este respeito, como se não tivessem já percebido que estão a ser postas em causa de maneira flagrante.

Mais, os Professores contratados são avaliados todos os anos através de um modelo de avaliação que foi o Ministério que impôs às Escolas. Então o que o Ministério nos está a dizer também é que o modelo que ele próprio impôs também não presta, também não serve para certificar a qualidade dos Professores? Então vejamos, se os Professores já foram avaliados quer através das Universidades que lhes entregaram o diploma, quer através, ano a ano da avaliação que lhes é feita nas Escolas que mais é que os Professores têm que provar?

Não têm que provar mais, nada mais, Senhores, mais uma vez repito para terminar que o único objetivo desta prova é diminuir ainda mais o número de professores nas escolas, é degradar ainda mais as condições em que se trabalha nas escolas, é degradar ainda mais a qualidade do ensino público que estudos internacionais, os mais variados apontam como sendo um dos sistemas que mais progressos fez nos últimos anos e veja-se o resultado do relatório de PISA. E através desta degradação continua quer através das condições de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

trabalho, quer necessariamente a qualidade de ensino que se administra, vir a privatizar a Escola Pública, que aliás já é alvo da gula de muitos grupos que se manifestam já hoje interessados na sua compra.”

**6.4** - Usou da palavra o Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Luís Filipe Lopes dos Santos, residente em Almada.

**6.4.1** - O Exm.<sup>o</sup> Senhor Luís Filipe Lopes dos Santos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui fazer três intervenções alusivas à minha terra que é a Cova da Piedade. Mas antes disso queria dar uma saudação ao antigo elenco da Câmara Municipal de Almada pelo que fez pelo CRP - Clube Recreativo Piedense naquele magnífico espaço que é o pavilhão onde centenas de crianças neste momento podem jogar futebol de salão e voleibol.

Agora vou fazer uma intervenção que é o seguinte, eu sou sócio da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, esta coletividade tem 124 anos, já na última Assembleia vim falar neste caso que é o seguinte, aquela coletividade não merece ter aquela antiga cabine telefónica à frente. Aquilo à noite é um covil, fazem daquilo um urinol, eu peço por favor que retirem aquilo de frente daquela coletividade.

As pessoas estão fartas, a minha esposa vai à ginástica e quando vem tem medo de se encostar àquilo porque aquilo está mesmo em frente à passagem. O que é que acontece? As pessoas chegam ali para atravessar a estrada e estão com receio porque qualquer pessoa se pode pôr lá dentro ou encostado àquilo. Portanto eu agradecia que resolvessem este problema.

O segundo problema que eu vou expor aqui é do Hospital Particular de Almada, que meus Srs. e minhas Sr.<sup>as</sup>, isto dói o coração a quem vê. Porque ante de ontem vi uma pessoa a sair de maca de uma carrinha para dentro daquele hospital, provavelmente para fazer



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

hemodiálise, e a chover. Não é admissível no Concelho acontecerem coisas como aquelas, as ambulâncias estão paradas em cima do passeio, em cima da rotunda, e o hospital na parte de trás do Hospital tem o estacionamento fechado. Os velhos da nossa terra não merecem isto, meus senhores e minhas senhoras. Agradecia que vissem este problema.

O terceiro problema, eu estou um bocado nervoso, exaltado, desculpem lá, o terceiro problema é o seguinte, a Cova da Piedade sempre teve um acesso ao mar e até hoje foi desprezado, eu já falei isto na última Assembleia, e até hoje nada foi resolvido. Continuo a dizer, são mais de cem barcos que ali estão, são cem profissionais de pesca que vivem daquilo. Aquilo está ao abandono, eu só peço que olhem para aquilo, porque aquilo tem uma utilidade extrema das pessoas que ali estão, porque são cem barcos, são mais de duzentas pessoas que frequentam aquilo, todo o ano de verão e de inverno. Nós estamos a formar uma Associação de Utentes daquele espaço e gostávamos de reunir com a Câmara se fosse possível, para entre todos nós tentarmos resolver aquele espaço. De qualquer maneira nós estamos disponíveis para colaborar com a Câmara.

Era tudo e um bom Natal.”

**6.5** - Usou da palavra o Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Lídio Galinho, residente na Costa da Caparica.

**6.5.1** - O Exm.<sup>o</sup> Senhor Lídio Galinho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui falar em nome dos Pescadores da Costa da Caparica e Fonte da Telha, a Frente Atlântica da Câmara Municipal de Almada.

Estamos à espera de um edital para podermos pescar na Frente de Praia e já estamos à espera deste edital há muitos anos. Este Edital foi já assinado pelo Capitão do Porto de Lisboa e está na posse da Câmara Municipal de Almada, já há algum tempo, já tivemos uma reunião, foi-nos prometido que havíamos de ter outra para a nossa opinião também contar



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para este edital, só que até hoje, estamos a entrar no Natal e não fomos chamados para nada. Em janeiro o edital tinha que sair e não sabemos se vamos conseguir pescar na Frente de Praia. Para nós é um prejuízo muito grande, a Frente de Praia representa cinquenta por cento do nosso volume de negócios. A pesca hoje em dia não é uma coisa de brincar, a pesca é uma empresa, cada barco é uma empresa. Eu tenho dois barcos, tenho um investimento de cento e vinte mil euros, não tenho um investimento de brincadeira, como podem ver. Têm que olhar para nós como cultura, somos cultura, mas não há cultura se não houver economia, nós somos economia também. Este edital neste momento implica mais de vinte por cento da população da Costa da Caparica. Queríamos uma resposta, antes de vir a resposta gostávamos de ser ouvidos pela Câmara Municipal de Almada. Não me quero alongar mais, espero ter uma resposta em breve.”

**6.6** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Lucas, residente na Charneca Caparica.

**6.6.1** - O Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Lucas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na qualidade de munícipe e morador e residente na Charneca de Caparica, zona das Quintinhas, Urbanização Sol e Mar, venho aqui a esta Assembleia Municipal, apresentar algumas questões que se encontram há algum tempo por resolver.

1 - Na área da Rede Viária apresento uma listagem de ruas que estão a necessitar de uma repavimentação urgente: rua António Andrade; rua Quinta do Modelo; toda a rua Pedro Costa; rua Bento Gonçalves, Vale Fetal; rua Dr. Oliveira Feijão; rua da Aroeira 2820-043; avenida Brasil, Vale Cavala, 2820-010 Charneca de Caparica; rua da Bela Vista, entre a rua A Ver O Mar e a rua António Duarte, Botequim; todo o acesso à Fonte da Telha, inclusive; rua Presidente Arriaga, Vale Cavala; rua Quinta da Madalena; avenida Elias Garcia; travessa Josefa de Óbidos em Marco Cabaço; rua Ramada Curto, desde a rua Teixeira de Queirós e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a ex-EN377, Palhais; rua Artur Duarte, 2820-577; rua das Furnas, 2820-069; rua Brites de Almeida; rua de Macua; rua Monte Colorido e rua dos Telefones.

2 - Na área da Limpeza Urbana a recolha periódica dos ecopontos, também existe um deficit nestes serviços, desde o corte de ervas, a limpeza das ruas, a lavagem dos contentores e haver uma maior periodicidade na recolha dos ecopontos.

3 - Na área dos parques urbanos terá de haver uma maior atenção na manutenção dos equipamentos, do piso, a limpeza e do corte da relva ou de ervas.

4 - Na área da sinalética, também existe um deficit aqui, na falta de remarcação das passadeiras da colocação de tacos luminosos para maior segurança dos peões e em alguns casos em zonas de maior perigo de acidentes, tentarem criar lombas nas passadeiras.

5 - Na iluminação pública existem algumas zonas com pouca iluminação e que deverão ser substituídas faseadamente por lâmpadas com maior potencia. A partir de outubro com a mudança da hora de inverno, tem vindo a acontecer diversas zonas da freguesia com pouca ou em alguns casos nenhuma iluminação o que provoca um desconforto e alguma insegurança.

6 - Nota-se nas áreas de maior densidade populacional, principalmente nas urbanizações, uma desorganização a nível dos estacionamento. Deveriam ser colocados pines em alguns sítios para evitarem os estacionamento em cima dos passeios.

7 - Existem duas zonas a necessitar da criação de rotundas a fim de facilitar o trafego e a sua perigosidade de acidentes, a primeira rotunda que entronca no cruzamento com as ruas Quinta de Cima, Eugénio Salvador, Quinta do Modelo e Vencedores, a segunda rotunda entronca com as estrada da Quinta da Carcereira e rua Nuno de Bragança.

Agradeço a vossa atenção para estes assuntos.”

6.7 - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Alexandre Martins, residente em Almada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### 6.7.1 - O Exm.º Senhor Alexandre Martins:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

O que me traz a esta ilustre casa hoje é para uma espécie de desabafo, o dia triste que hoje afligiu o nosso País, com uma especial relevância aqui em Almada, a luta de Professores que hoje se desenrolou a nível nacional, uma luta histórica na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, em Almada teve um episódio triste, também ele histórico. Não sei se alguma vez, algum diretor de alguma escola tenha chamado a tropa de choque, corpo de intervenção para rechaçar os seus colegas de dentro de uma instalação escolar. Não sei se antes do 25 de Abril ou depois, não tenho esses dados comigo, não sei se isto é inédito na história do nosso País. Isto passou-se hoje na Escola Emídio Navarro, eu estive presente, todo o dia, estive lá desde as oito da manhã e fiquei de greve, fomos intimidados várias vezes pela polícia, que às oito da manhã já nos perguntava se nos íamos portar bem, nós estávamos ali mas para nos portarmos bem, se estávamos sossegadinhos. Vi um aparato policial que nunca tinha visto antes em qualquer manifestação deste género, quatro casos da polícia identificados, polícias à paisana dentro da escola, ameaças de prisão, ameaças de agressões por parte de agentes da autoridade a colegas grávidas, isto assisti eu e quem lá esteve. Eu gostava que esta Assembleia e as diferentes bancadas se pronunciassem sobre esta situação indigna que se passou no nosso Concelho. As notícias foram hoje abertas nos vários canais com imagens da tropa de choque em frente à Emídio Navarro, gostava de saber quem tem autoridade para chamar a polícia nestes casos. O que eu ensinei, sou Professor, atualmente sou um dos milhares não colocados, que fui corrido do sistema de ensino, e o que eu tentei sempre ensinar aos meus alunos, formação cívica, e os valores que me foram transmitidos ao nível familiar e também quando andava na escola, é que a polícia é chamada para deter delinquentes, ladrões, marginais e por aí fora. Hoje foram chamados para



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

quartar o direito à indignação dos Professores. Eu gostava que esta Assembleia se pronunciasse, falo também em nome de colegas meus que me disseram que não conseguiam vir porque estavam a chorar de raiva pelo que eles nos fizeram, e gostava de saber qual é a opinião das diferentes bancadas em relação a esta situação indigna que hoje se passou.

Portanto, muitos colegas meus não estavam em condições de vir, hoje enervaram-se de forma extrema e não estavam em condições de vir aqui mostrar a sua indignação, pediram para falar também em nome deles, foi uma jornada histórica, uma luta em que este Governo saiu derrotado. Hoje o Ministro da Educação Nuno Crato fez uma intervenção bizarra no canal 1 que eu aconselho também a quem puder ver, também deve ficar para a história do que é este Governo atualmente. Os colegas que não puderam estar presentes, pediram-me o favor de eu registar as intervenções, certamente há uma ata, para ficar para a história as posições das diferentes bancadas e sabendo eu que estão aqui alguns Professores gostava também que se pronunciassem se acham que a prova que hoje se desenrolou, ela está disponível na internet, se prestigia o sistema de ensino, se consideram que aquela prova é séria. Tenho uma sincera curiosidade de saber a argumentação de quem defende que esta prova é séria e acha que vai beneficiar o sistema de ensino. Ainda não consegui encontrar ninguém que a conseguisse justificar, seria interessante ouvir aqui alguma argumentação neste sentido.”

**6.8** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Joaquim Ventura, residente em Corroios.

**6.8.1** - O Exm.<sup>o</sup> Senhor Joaquim Ventura:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou Professor, ou hoje deixei de ser Professor, não fiz a prova. Portanto até janeiro deixei de ser Professor, apesar de continuar a dar aulas.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Vim só aqui lançar um desafio e parece que há pessoas que são Deputadas na Assembleia, eu vou ler uma perguntazinha da prova que é para vermos se realmente esta pergunta nos define a nós como Professores perante trinta alunos, o que é que isto nos ajuda.

Então a pergunta era assim, “no refeitório de uma escola, uma refeição completa inclui: sopa, prato principal, sobremesa e bebida. O refeitório disponibiliza uma variedade de sopa, quatro pratos principais, três variedades de sobremesa e dois tipos de bebida. Qual é o número de refeições completas diferentes que estas disponibilidades permitem obter?” Isto é uma das perguntas que me diz se eu sou ou não Professor. Se eu tenho competência para estar à frente de trinta alunos. Não sei onde é que o Sr. Ministro Crato andou na escola, mas metade das escolas públicas não têm este cardápio na refeição. Isto não é a Assembleia da República. Os miúdos das escolas primárias comem aquilo que lhes dão, que é uma batata e um bocadinho de peixe, com certeza que há pais, e falaram há bocadinho as Associações de Pais que podem confirmar isto. Eu trabalho, vou aos almoços da escola onde trabalho e claramente os miúdos comem mal e com isso ninguém se preocupa. Mas lanço aqui o desafio aos Srs. Deputados, se acham que isto é uma pergunta que se faça a alguém que está à frente de trinta alunos. Se eu souber responder a isto sou bom Professor? Sou? É a questão que eu deixo. Peço desculpa por ter tomado o vosso tempo e muito obrigado aos presentes.”

**6.9** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos, Carlos Guedes, Ana Catarina Mendes, Nuno Matias, António Pedro Maco, Alexandre Correia e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**6.9.1** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A CDU tem por norma ouvir muito atentamente as posições dos Srs. Múncipes nos mais variados contributos que aqui dão. Críticas, sugestões e até reconhecimento de bom trabalho. E temos sempre esta noção de que aprendemos, podemos corrigir com as intervenções dos múnicipes, porque normalmente não reagimos, não falamos, aplaudimos ou não criticamos, mas tomamos notas e ajudamos o Executivo naquilo que nos é possível para correção de eventuais instruções. Mas hoje não podemos deixar de tomar posição e de nos pronunciarmos, fomos desafiados e vamos cumprir, mesmo que esse desafio não tivesse sido feito. A CDU hoje não pode calar e não pode deixar de opinar relativamente àquilo que se passou no Concelho de Almada hoje de manhã numa escola pública.

A questão que eu quero aqui deixar de uma forma muito clara, é que nós estamos a assistir no nosso País, e o que se passou hoje na escola, seguramente não é caso único, vimos agora há pouco tempo um piquete de greve ser muito mal tratado tal como Deputados da Nação, na greve dos Correios. É preocupante que se comece a generalizar no País a perda de liberdade para defender quem está no seu exercício de direito à greve. E hoje os piquetes de greve na escola foram mais uma vez e também nesta área impedidos de exercer a sua função, a sua tarefa. E portanto, podemos mostrar a nossa solidariedade para quem no exercício e no cumprimento da Constituição da República, cumpre e está dentro daquilo que são as componentes legais à atividade de todos. Incomoda, eu sei que incomoda, estamos a chegar a uma situação no País que exercer as liberdades que abril incomoda. Mas nós vamos continuar a falar delas e vamos continuar a defende-las e a melhor forma de defende-las é exerce-las. E portanto não vamos discutir ainda que tenhamos opinião e que saibamos que estas provas que estão a impor aos Professores é um ataque à escola pública, é um ataque à dignidade do Professor, é um ataque àquilo que são as conquistas de abril. Há quem não goste, mas nós gostamos e queremos reafirmar. E portanto dizer que de facto, eu



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

sou de uma geração que lutou contra o fascismo em Almada, nunca se viu polícia de choque entrar numa escola, nem no fascismo. A polícia de choque, o exército, nos finais dos anos sessenta reprimiu os estudantes, sim senhor, reprimiu a população, sim senhor, mas nunca entrou numa escola, porque não é anormal os Professores quererem estar na escola, o que é anormal é a polícia entrar na escola. E portanto, Srs. Professores que aqui falaram podem dizer aos vossos colegas que a CDU estará ao vosso lado na luta em defesa da escola pública, da vossa carreira profissional, dos vossos direitos como professores e contra as arbitrariedades de um poder que do nosso ponto de vista já demonstrou que está a mais neste País de Abril.”

#### 6.9.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Hoje por todo o País os Professores saíram à rua para defenderem a profissão que escolheram, apesar da tentativa do Ministro da Educação em acordo com os Sindicatos afetos à UGT, dividir os Professores, o que fez com que os Professores com menos de cinco anos de carreira sejam obrigados a fazer a prova de avaliação de conhecimentos. Estes não se deixaram dividir e unidos estiveram nas escolas para defender o direito à greve ou simplesmente o direito à indignação contra a injustiça. Em Almada, na Escola Emídio Navarro, o corpo de intervenção foi chamado e colocou-se em frente aos portões da escola, trazendo à memória imagens de tempos que julgávamos passados. O Bloco de Esquerda não pode deixar de lamentar o que hoje se passou no nosso Concelho, de igual forma o Bloco de Esquerda saúda a luta dos Professores e demonstra a sua solidariedade com a jornada de luta que hoje teve lugar em todo o País.”

#### 6.9.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É evidente que num período da Ordem do Dia marcado como foi marcado hoje o dia do nosso Concelho, não pode compactuar com o silêncio nesta sala. E por isso mesmo o Partido Socialista queria daqui expressar a nossa solidariedade aos Professores pela luta que estão a travar, mas essencialmente colocar aqui um ponto, creio que nós estamos a assistir a uma fragilidade da nossa democracia que não nos deve deixar também calados. É que aquilo que está a acontecer nos dias que correm e que sempre que há uma manifestação temos alguns excessos da Polícia ou alguns excessos de condenação verbal. É verdade que assistimos recentemente também a manifestações dos próprios polícias que também deixaram outras marcas. Mas aquilo que aconteceu hoje em Almada, parece-me particularmente grave. Numa manifestação pacífica, num direito à liberdade de cada um de se exprimir, foi chamado o corpo de intervenção para travar essa mesma luta. Se for verdade tudo aquilo que já nos foi dito, e aquilo que tem estado a sair das notícias, de algumas ameaças, isso configura uma ameaça à democracia e não apenas aos professores. É uma ameaça a todos nós e à nossa convivência saudável, e por isso mesmo o Partido Socialista quer aqui expressar a sua solidariedade.

Sobre a prova e esta prova em particular, o Partido Socialista tem dito que está contra. Aliás a ridicularização que foi feita aqui hoje e só por isso merece o nosso repúdio.”

#### 6.9.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Se me permite gostaria de começar por dar nota do seguinte. Eu tenho trinta e seis anos, nasci num Portugal democrático, plural e livre. A educação que eu recebi foi respeitar para ser respeitado. E a educação que eu recebi foi ouvir respeitosamente sempre, independentemente de concordar ou discordar. E aquilo que eu assisti desde o início desta reunião, ao contrário de outras onde cidadãos foram chamados atenção e bem, por não



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

estarem a respeitar uma Assembleia onde há deveres e há direitos. Onde existe liberdade para dar a sua opinião e todos temos que ter o dever de respeitar concordemos ou discordemos. Aquilo que assistimos ao longo destes minutos nesta Assembleia, é um profundo desrespeito pelo Portugal democrático que penso eu, todos nós deveríamos defender e praticar diariamente.

Sr. Presidente, e portanto deixar o meu veemente repúdio pela forma como os trabalhos têm estado a decorrer, pela forma como todos nós ao fim ao cabo estamos a ser desrespeitados, porque eu respeito muito os Professores que têm o direito de vir aqui dar a sua opinião, a sua discordância em relação a medidas do Governo, porque é viver o Portugal democrático que eu me habituei a respeitar e portanto se calhar mesmo discordando de algumas das vossas posições tenho o dever de vos respeitar. E portanto deixar nota de que eu penso que nós temos que perceber que uma coisa é discordância e outra coisa é desrespeito. Eu a propósito disso, gostaria de saudar todos aqueles que hoje quiseram optar por fazer greve, mas também saudar aqueles que optaram por ir trabalhar, ir fazer aquilo que entendiam que era o seu dever, entendiam que era a sua manifestação de opinião e de direito, isso é também viver o Portugal democrático. Ou será que esses são menos Professores do que aqueles que entenderam usar um direito que é alienável e nós em nenhuma circunstância poremos em causa que é o direito de fazer greve.

Aqui a questão é exatamente o facto de e era a nota final que gostaria de deixar, é que temos que perceber que quando existem discordâncias, essas discordâncias têm que ser vividas com pluralismo e respeito. Agora, quando se ultrapassa a barreira em que nós deixamos de perceber que a nossa liberdade acaba exatamente no espaço onde começa a liberdade de terceiros e quando o comportamento deixa de ser tão cívico como aquele que deveria pautar a nossa atividade, não só profissional, mas também social e física,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

necessariamente passamos a estar num campo onde a vivência democrática e o respeito pela pessoa alheia deixa de ser vivido dentro dos moldes que em democracia eu aprendi a viver.

E portanto, deixar nota de que nós respeitamos muito podendo discordar de alguns Professores que entendem que a sua manifestação de indignação deve ser feita nalguns moldes menos próprios, no nosso entender, nós respeitamos a vossa posição, estarem mais contra da mesma forma que temos que respeitar a posição daqueles que estão mais a favor. Porque isso é que é viver o Portugal democrático que eu me habituei a aprender a respeitar e a viver e a procurar executar.

Portanto, dar nota disto porque apesar de nesta Assembleia Municipal de Almada, não podermos necessariamente governar o País e impor legislação que necessariamente conduza à gestão do sector da educação em Portugal, uma vez que fomos desafiados a falar sobre o tema, reconduzir aquilo que nos diz respeito que ao fim ao cabo a cidadania, o espírito democrático e o respeito pelo próximo que eu acho que se calhar hoje durante o dia nalguns momentos não aconteceu e infelizmente agora à noite está-se a repetir.”

#### 6.9.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Dar nota do seguinte para ficar registado. Não considero que tenha havido excessos que tenham posto em causa o funcionamento da Assembleia. Algo se passou que eu acho que não está certo, que é as falas fora do sistema de gravação e som como os aplausos ou os protestos. Mas fiz a advertência que considereei adequada. Acho que o excesso não fica bem, mas compreendo porque é que ele foi feito. Estou solidário também com os Professores, embora considere que não é este o momento e espaço próprio para excessos. Há outras formas de apresentar e registar a indignação. Mas foi uma situação que não se generalizou.”

#### 6.9.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, respeitando como é óbvio e como sempre a sua doura opinião e a conduta dos trabalhos que me habituei a respeitar, apesar de tudo aquilo que é verdade é que momentos houve em que manifestações do mesmo teor e com o mesmo objetivo, apesar de ter naturalmente posições diferentes, foram objeto de apontamentos e bem, por parte da Mesa no sentido de respeitarmos a Assembleia. E já houve aqui momentos onde cidadãos dentro do seu direito a opinar, a criticar tiveram atitudes e tiveram chamadas de atenção e adjetivações perante eleitos desta casa, que não são dignos de uma Assembleia democrática. E portanto, é importante que isto fique realçado, porque nós respeitamos muito os cidadãos, eu voltei aqui a reafirmar que respeito muito quem discorda de mim, ou quem discorda do meu Partido, ou do Governo que neste momento está a governar o País, agora façam-no de forma livre e plural e respeitosa como eu estou a fazer. E se assim acontecer necessariamente podemos perfeitamente numa dialética plural e democrática ter uma conversa. Agora, com este tipo de apartes e com este tipo de intervenções, necessariamente não ajudam a respeitar esta Assembleia e neste caso é respeitar todos por igual.”

#### **6.9.7 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

O que fica registado em ata, o que é dito aos microfones e do que foi gravado, não há nada que tenha posto em causa o funcionamento da Assembleia. O resto, o excesso fica com cada um.”

#### **6.9.8 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de informar os Srs. Professores que não estive presente na situação que se passou na Emídio Navarro, estive o dia todo a trabalhar, só me informaram agora desta questão ao final da noite. Agora, aquilo que eu quero aqui manifestar nesta Assembleia e a todos, é que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

qualquer tipo de excesso que se venha a provar como é evidente é condenável e como disse aqui a Sr.<sup>a</sup> Deputada da CDU, estes valores foram conquistados em Abril e também em novembro, são efetivamente de cumprir.”

#### 6.9.9 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria apenas de dizer que sendo o PAN, que é a primeira vez que se pronuncia numa Assembleia, sendo um Partido de causas, de causas dignas, queremos informar os Professores que têm toda a solidariedade e apoio do nosso Partido, tal como o meu colega, não estive presente na manifestação de hoje, sei apenas o que ouvi ao longo do dia. E portanto concordamos que todos têm esse direito à manifestação e à indignação e não serem impedidos de o fazer ainda mais da forma como aqui foi descrita. Por falta de conhecimento de factos eu não me vou alongar mais, eu não me vou alongar mais. Queria apenas dar a minha palavra que fica assente e que não será esquecido e que têm o nosso apoio.”

#### 6.9.10 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É sobre a condução dos trabalhos. É só para dizer ao Sr. Presidente que a CDU considera que a intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias foi um bocado esquisita. Porque eu considero que o Sr. não fez o que devia ter feito, porque nós não estamos na Assembleia da República, que temos uma Presidente de Assembleia que manda chamar a polícia para evacuar as galerias. E já agora Sr. Presidente, é mau que os Srs. Deputados se sintam ofendidos, porque eu não ouvi ninguém ofender nem a Assembleia, nem os Deputados da Assembleia Municipal. E portanto, acho que em democracia isto também tem que ser tido em conta, ninguém me ofendeu, ninguém nos ofendeu, ninguém ofendeu a Assembleia Municipal, foi tudo contestar. Mas há uma nota que se o Sr. Presidente me permite ainda acrescentar, é





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que ouvi o Sr. Deputado criticar a condução dos trabalhos, mas não o ouvi a criticar a entrada da polícia na escola.”

**6.9.11** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

A penas dar nota que com certeza a Mesa agradece a solidariedade da CDU, mas dizer que já presidi ao Plenário da Assembleia da República e já mandei evacuar as galerias. São situações muito diferentes. Concordo que o que marcou o momento não foram os excessos.”

**6.9.12** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à questão da Arte Xávega, o parecer da Câmara Municipal vai no sentido de atender àquilo que foi acordado entre os Pescadores e a Capitania. Portanto, o que já passou pela minha mão, pretende atingir esse objetivo e permitir que rapidamente a situação seja normalizada nesse sentido.

Teremos muito gosto em receber os representantes dos Pescadores do Caramujo, é uma área do nosso Município onde nos predispomos a intervir e naturalmente que este tipo de iniciativa nos interessa muito. Portanto, agradeço que depois contatem a Câmara e o Gabinete para que se possa agendar uma reunião.

Tomamos boa nota das questões levantadas relativas às vias, à salubridade, à sinalética, iluminação, ordenamento do trânsito, estacionamento, enfim todo um conjunto de questões pertinentes que nos foram levantadas e que procuraremos atender, não só em geral mas na medida em que de uma forma mais específica e concreta possamos saber onde essas não conformidades se verificam, essas irregularidades se verificam.

Em relação aos temas relacionados com o nosso ensino e aos acontecimentos de hoje, queria de alguma maneira começar por sublinhar e denunciar aquilo que é um sentimento



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

hoje generalizado na sociedade portuguesa e que tem a ver com o desinvestimento que progressivamente tem vindo a ser feito em relação ao ensino público e ao processo de privatização dos serviços públicos de uma maneira geral, não só em relação ao ensino, como à saúde, como à assistência, à segurança social e em relação a outros aspetos, aliás assistimos ainda há pouco tempo à privatização dos CTT.

Portanto, manifestar a nossa disponibilidade para falar com todos os agentes e em particular com os pais, designadamente os pais dos alunos das escolas do ensino público é uma área em que temos particular responsabilidades e portanto procuraremos através dos nossos serviços atender às questões que nos são apresentados. Mas não só por aquilo que ocorreu no dia de hoje, a nossa solidariedade com os Professores que têm sido umas vítimas particulares destas políticas, com prejuízos para o ensino, para as famílias, mas também para as famílias dos Professores e para os próprios Professores. Naturalmente denunciar a intervenção repressiva que hoje se verificou e dizer-vos que é nossa intenção pedir ao Ministério da Educação e da Administração Interna, e às autoridades esclarecimentos sobre o ocorrido, e naturalmente reafirmar-vos a nossa convicção de que a política do Governo por ser injusta e desigual, é geradora do clima de crispação e conflitualidade, e é essa política do Governo que é necessária pormos fim para bem do Poder Local, para bem das populações e para bem de Portugal. É esta a nossa opinião sobre estas matérias.”

**6.10** - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**7** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**7.1** - Para apresentar Votos de Pesar usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Geraldês (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Nelson Mandela e Voto de Pesar pelo falecimento de Martinha Jesus).

**7.1.1** - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### 7.1.1.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Nelson Mandela

*“Saúdo-vos a todos em nome da paz, democracia e liberdade para todos.*

*Estou aqui perante vós não como um profeta mas como humilde servidor vosso, do povo. Os vossos sacrifícios incansáveis e heroicos tornaram possível que eu aqui estivesse hoje. Por isso, coloco os restantes anos da minha vida em vossas mãos.*

*Neste dia da minha libertação, eu apresento a minha sincera e calorosa gratidão aos milhões de meus compatriotas e aqueles que em todos os cantos do mundo lutaram incansavelmente pela minha libertação. Hoje, a maioria dos sul-africanos, negros e brancos, sabe que o apartheid não tem futuro. Tem que acabar através da nossa própria ação de massas fundamental para construir a paz e segurança. A vasta campanha de desafio e outras ações da nossa organização e do povo só podem culminar na instauração da democracia.*

*A destruição causada pelo apartheid no nosso subcontinente é incalculável. O tecido da vida familiar de milhões do meu povo foi destruído. Milhões estão sem abrigo e desempregados. A nossa economia encontra-se em ruínas e o nosso povo mergulhado em conflitos políticos.*

*Tenho lutado contra a dominação branca e tenho lutado contra a dominação negra. Defendo o ideal de uma sociedade livre e democrática onde as pessoas vivam em harmonia, com oportunidades iguais. É um ideal pelo qual desejo viver e atingir. Mas se for preciso, é um ideal pelo qual estou disposto a morrer”.*

*Nelson Mandela - 11 de Fevereiro de 1990*

*Dia da libertação*

Desde muito jovem, Nelson Mandela identificou-se profundamente com as aspirações de liberdade e justiça do seu povo. À luta contra o regime explorador e opressor do apartheid na África do Sul dedicou quase toda a sua vida.

Nascido em 1918, participa desde os seus 24 anos nas atividades do Congresso Nacional Africano (ANC), fundando em 1944 com Walter Sisulu e Oliver Tambo a sua Liga Juvenil.

Entre 1942 e 1960, Nelson Mandela participa e dirige a atividade legal do ANC, lutando pela emancipação de todo o Povo da África do Sul e pelo fim do regime do apartheid. Na sequência do massacre de Sharpeville, mandado executar pelo regime de minoria e levado à prática pela polícia sul-africana em 1960, quando foram assassinados 69 manifestantes e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

feridos 180, a direção do ANC decidiu encetar a luta armada, e Nelson Mandela foi escolhido para conduzir essa nova fase da luta contra o apartheid.

Em 1962, Nelson Mandela foi preso e condenado a prisão perpétua. Em 1985 o regime do apartheid negou-lhe a liberdade condicional por se manter fiel aos princípios e valores que animavam a sua luta, recusando renegar a luta armada do Povo Sul Africano contra o apartheid.

Nelson Mandela passou 28 anos na prisão. Foi libertado em 1990, naquela que constituiu uma das históricas vitórias da heroica luta do povo sul-africano, a que se associou - e para a qual contribuiu, como o próprio Nelson Mandela reiteradamente reconheceu -, a imensa solidariedade de milhões de seres humanos numa campanha desenvolvida em todo o mundo exigindo a libertação incondicional do Dirigente do ANC, num quadro em que a Revolução de Abril de 1974 em Portugal também contribuiu, apoiando em 1974 e 1975, ao lado dos então chamados “países da linha da frente”, a luta do povo sul-africano pela liberdade, contribuindo igualmente para o isolamento do apartheid e do colonialismo na África Austral.

Nelson Mandela tomou então o seu lugar na direção do processo que havia de colocar ponto final ao hediondo regime de apartheid. Substituindo Oliver Tambo, foi eleito Presidente do ANC em 1991. Em Maio de 1994 foi eleito o primeiro Presidente Democrático da República da África do Sul, cargo em que se manteve até 1999.

Sobre a opção pela luta armada importa recordar as palavras do próprio Nelson Mandela registadas para a posteridade no dia da sua libertação: *“O nosso recurso à luta armada em 1960 com a criação da ala militar do ANC, foi uma ação puramente defensiva contra a violência do apartheid. Os fatores que tornaram necessária a luta armada ainda hoje existem. Não temos outra escolha senão continuar. Temos a esperança que um clima conducente a*



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

*um acordo negociado será em breve criado para que deixe de haver a necessidade da luta armada”.*

Um grito sentido perante a necessidade da violência; mas arrebatadoramente contra essa mesma violência. Um grito sentido e magoado que apenas um Homem com a estatura moral, cívica e humana de Nelson Mandela seria capaz de nos transmitir, no próprio dia em que terminava um cativeiro de quase três décadas. Sem ódio, sem azedume, com o profundo desejo de reconciliação de todos os povos da sua África do Sul e do Mundo, Nelson Mandela deixava nestas palavras a mais genuína mensagem de tolerância, num impressionante apelo à Paz e à concórdia entre todos os Homens. Porque foi esse mesmo Homem que um dia disse igualmente: *“Ser pela liberdade não é apenas tirar as correntes de alguém, mas viver de forma que se respeite e melhore a liberdade dos outros”.*

Não obstante, Nelson Mandela permaneceria até 2008 integrado na lista de personalidades consideradas terroristas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

Depois de abandonar as Funções de Estado em 1999, Mandela dedicou os anos seguintes da sua vida à luta pela melhoria das condições de vida do Povo sul-africano, destacando-se neste quadro o trabalho ativo desenvolvido na luta contra um dos maiores flagelos ao nível da saúde pública não apenas na África do Sul como em toda a África, o HIV/SIDA.

A vida de Nelson Mandela foi e é um extraordinário exemplo de coragem, dignidade e entrega à causa da liberdade, da justiça e do progresso social. O falecimento de Nelson Mandela é, por isso, uma tremenda tristeza para todos os Povos do Mundo.

É por isso, também, que Nelson Mandela é uma das personalidades mais respeitadas em todo o Mundo. Como reconhece com inteira justiça a Assembleia da República no voto de pesar que aprovou *“pela sua integridade política e moral, pelo seu exemplo universal de*



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

*coragem em defesa da Liberdade, da Justiça, da Igualdade entre os seres humanos, pelo seu abnegado empenhamento nas causas mais nobres da Humanidade”.*

Nestes termos, A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 18, 19 e 20 de Dezembro de 2013, delibera:

1. Expressar o mais profundo pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, transmitindo ao povo sul-africano, às suas organizações políticas e sociais, em especial ao Congresso Nacional Africano, ao Parlamento e ao Governo da República da África do Sul, as mais sentidas condolências e solidariedade pela dolorosa perda do dirigente histórico da luta do povo sul-africano contra o apartheid e pela conquista da liberdade, democracia e progresso social.
2. Endereçar igualmente à família de Nelson Mandela, em particular à viúva Graça Machel, as mais sentidas condolências e solidariedade.”

#### 7.1.1.2 – Voto de Pesar pelo falecimento de Martinha Jesus

Orlando Laranjeiro disse dela: “Eu sou a Martinha. Era assim que se apresentava e gostava de ser tratada. Apenas e só, por Martinha. Era uma mulher genuinamente simples, inteligente e solidária”.

A Martinha (de Jesus Costa) deixou-nos aos 96 anos no passado dia 11 de dezembro. Com 13 anos demandou Almada vinda de perto, Sesimbra, sua terra natal. Foi também a idade com que começou a trabalhar - na altura (como hoje de novo, dessa triste realidade perigosamente nos querem aproximar) era assim).

Aprendeu na escola apenas os rudimentos da escrita e da leitura. Aprendeu ao longo da vida, com a vida, e sobretudo com a imensa alegria de viver que sempre afirmou, a ser “escritora” apreciada e respeitada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Martinha resistiu estoicamente ao longo dos demasiados anos, negros muito negros, vincados na nossa história e na nossa memória pela ausência de (quase) tudo aquilo a que um ser humano ambiciona e a que tem direito, ultrapassando sempre as imensas dificuldades que lhe eram impostas - e aos seus semelhantes - com inusitada e enorme força e dignidade.

Para sobreviver, e possibilitar que os seus sobrevivessem também, fez-se competente costureira de alfaiate. Trabalhou a ganga que os operários vestiam no seu labor quotidiano; fez vestidos; ajudou o seu Zé - o seu companheiro de 55 anos de vida, cuja perda era o único lamento que ouvíamos a Martinha - na confeção e no arranjo dos sapatos que, com mestria, Zé trabalhava.

Sobre esta Mulher diz-nos igualmente Orlando Laranjeiro: “E aquela Mulher, de nome Martinha, empertigada, direita, bonita, já na idade em que começamos a pensar que não nos querem sequer ouvir e que, possivelmente, seremos apenas uns empecilhos, decidi partilhar o que sentia e, escudada na recordação e na avidez dos sonhos que lhe tinham sido roubados, juntou-se à gente simples que, como ela, faz do Associativismo recreativo e cultural a sua maneira de estar na vida, contribuindo assim para uma Sociedade mais conhecedora, mais fraterna e mais solidária”.

Depois do mister da costura que exerceu para ganhar o pão de cada dia para si própria e para os seus, Martinha dedicou-se a pintar e expor o que pintava, criar e expor o que criava, fazer teatro, executar trajes próprios e participar ativamente em marchas populares, e, sobretudo, participar - participar muito intensamente - no Movimento Associativo Popular da sua terra

Martinha, uma Mulher do Povo, deixa-nos um legado humano próprio dos grandes seres humanos, que não desistem, jamais, de provar a utilidade humana e social de todos e de cada um de nós.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Nestes termos, A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 18, 19 e 20 de Dezembro de 2013, delibera:

Expressar o mais profundo pesar pelo falecimento de Martinha de Jesus, transmitindo à sua família e ao Movimento Associativo Popular do Concelho de Almada, os mais sentidos votos de pesar e solidariedade nesta hora de dor e luto.”

**7.2** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

**7.2.1** - O Voto de Pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.2** - O Voto de Pesar pelo falecimento de Martinha Jesus, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.3** - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Ana Catarina Mendes, António Pedro Maco e Pedro Oliveira.

**7.2.3.1** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós associamo-nos aos dois votos de pesar. Aliás no caso do voto de pesar por Nelson Mandela, teríamos também todo o gosto de termos subscrito se nos tivesse sido solicitado, mas ainda vamos a tempo se for caso disso, apesar de não termos o menor problema, aliás não temos a mínima dúvida também de acompanhar o outro voto de pesar, apesar de não ter tido o prazer de conhecer a pessoa em questão. Mas sobretudo destacar no primeiro voto de pesar aquilo que o mundo, a sociedade global, o respeito pelo próximo que há pouco falava, que Nelson Mandela foi realmente um homem, um político, um estadista, um líder que procurou transmitir isso ao mundo, que nas diferenças de opinião mas no respeito pelo próximo encontra-se a dialética para podermos construir um mundo melhor, porque no respeito, na liberdade de opinião, na postura responsável de quem sabe estar, mas sabe respeitar, de percebendo que nas diferenças também existe cidadania e existe capacidade de encontrar soluções para uma sociedade que sendo plural, necessita soluções mais homogêneas de forma a defender essa





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

unidade da sociedade que se constrói da diversidade de cada um de nós. E portanto, Nelson Mandela foi uma figura marcante por ter sido um pai de um Estado democrático ou mais democrático e dentro dos padrões que nós próprios vivemos e conhecemos, mas foi um estadista e um líder que ajudou a humanizar também o mundo e ajudou a humanizar aquilo que tem que ser a nossa perspetiva de sociedade, pela qual nos devemos bater e pela qual diariamente devemos procurar ficar do ponto de vista de respeito pela sociedade onde estamos inseridos e pelo cidadão que ao nosso lado vive, convive, respira connosco, diverge de nós, apoia-nos, mas sobretudo faz parte de uma sociedade que quer ter um futuro nesta divergência, nesta diferença, mas sobretudo neste respeito.”

#### 7.2.3.2 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Dar-vos apenas nota, porque recebe-se muito papel e nem tudo se lê. Mas no e-mail que foi para todos os Srs. Deputados Municipais, vinha que a CDU coloca à consideração dos diferentes Grupos Municipais a possibilidade de subscrição do texto do voto a Nelson Mandela.”

#### 7.2.3.3 – A Sr.ª Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria obviamente em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista associarmo-nos aos dois votos deixando também à família da Martinha o nosso voto de condolências e também manifestar aqui o apreço pelo seu tributo ao Concelho.

Sobre Nelson Mandela, Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, é um dos homens mais extraordinários de toda a história na sua perseverança heroica que lhe determinou o trajeto entre os longos anos de prisão e o lugar de Presidente da República da África do Sul. Mandela mostrou sempre que a injustiça é algo que necessariamente está a prazo, porque a injustiça é contra a razão e por isso mesmo não pode perdurar. No seu longo sofrimento de prisão mostrou também, colocou à evidência o absurdo de uma comunidade internacional, muitas vezes silenciosa e outras tantas incapaz de conviver tanto tempo com a iniquidade e esta injustiça. Como se o mundo não fosse de todos nós, como aliás lembrou há dias a Sr.ª Presidente da Assembleia da República, e como se todos não partilhássemos a mesma natureza. A evidenciação de uma espécie de culpa coletiva deve



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

também ser uma das coisas que devemos fazer no dia em que homenageamos Nelson Mandela. Até porque Sr. Presidente, homenagear Nelson Mandela é também lembrar quantos e quantos lugares ainda hoje existem com injustiças e com realidades desta natureza. Mas ninguém como Mandela encarou tão eloquentemente a afirmação ainda hoje válida que para todos os lugares e para todos os tempos de que os homens nascem livres e são iguais em direitos. Ele trouxe-nos o seu grande exemplo, mas trouxe-nos também a máxima, eu sou o Senhor do meu destino. E foi assim o que fez e foi por isso mesmo, por ser o Senhor ao seu destino que aguentou também os vinte e sete anos de cativo sem nunca deixar de ter esperança de um dia voltar à sua liberdade e à sua dignidade. Mandela foi talvez o mais intenso impulso na antecipação moral dos seres humanos, o símbolo mais forte da simbologia da sua transcendência. É por isso mesmo que não é apenas por ser a horda em que se fazem as exéquias, mas sobretudo eu creio que Nelson Mandela merece sempre um grande aplauso de todos nós cá dentro, por aquilo que fez mas sobretudo a firme convicção que é possível lutar contra as injustiças, porque elas têm de facto um fim e a favor da liberdade.”

#### 7.2.3.4 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como não poderia deixar de ser, como é evidente o CDS-PP associa-se também a estes dois votos de pesar, embora não conhecendo também a Dona Martinha, mas como é evidente endereçamos também as condolências à família.

Agora relativamente a Nelson Mandela, como é óbvio, é sempre um homem que recordamos com saudade, foi um lutador, foi um homem que lutou contra o apartheid, contra as piores adversidades que a vida humana pode ter que é o racismo e a xenofobia, e acima de tudo foi um exemplo e é sempre um exemplo vivo de alguns racismos e de algumas xenofobias que ainda existem por esse mundo fora. Aquilo que eu gostaria também neste caso de associar-me ao proponente da Moção, o CDS-PP também se associa, é que pudesse ser também recomendado à Câmara Municipal a inscrição de Nelson Mandela na toponímia de Almada, ou mesmo a inauguração de uma lápide onde pudéssemos neste caso homenagear também esse grande cidadão do mundo que foi Nelson Mandela.”

#### 7.2.3.5 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda não podia deixar de se pronunciar relativamente à importância mundial que teve Nelson Mandela.

Muitas palavras já foram proferidas e com certeza que não conseguiremos esgotar toda a consideração, o apreço, mas também o destaque que constitui uma figura impar na história mundial. Nós gostamos de referir e desejamos referir alguns factos que pensamos ser importantes. No julgamento de Nelson Mandela declarou-se inocente das acusações que lhe faziam, mas culpado por lutar pelos direitos humanos, pela liberdade, por atacar leis injustas e na defesa do seu povo. Admitiu mesmo ter feito sabotagem, algo que poderia ser omitido, desafiando o Governo a enforca-lo. Falou por quatro horas no seu julgamento, concluindo que durante a sua vida dedicou-a a essa luta do povo africano. Lutou contra a dominação branca, lutou contra a dominação negra. Acalentou o ideal de uma sociedade livre e democrática na qual as pessoas vivam juntas em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal para o qual espero, espera viver e realizar. “Mas se for preciso é um ideal pelo qual estou disposto a morrer”. Estas palavras foram proferidas no seu julgamento e revelam de facto a importância, a elevada capacidade de análise política de Nelson Mandela.

É evidente que votaremos favoravelmente, como não poderia deixar de ser, o voto de pesar que foi anunciado. Referindo ainda o seguinte, o pensamento de Nelson Mandela construiu um símbolo da luta contra o apartheid. Era o seu pensamento, desse regime odioso e era um símbolo da luta contra o racismo. Foi considerado terrorista, é preciso que não se esqueça hoje, nos dias que passam quem foi considerado terrorista e qual era o sentido que havia em relação à luta pela liberdade. Nelson Mandela morreu, mas foi um homem que mostrou ao mundo como as ideias e as convicções nunca são vencidas pela opressão. E nós curvamo-nos pelo seu exemplo e pela sua memória.

Em relação ao voto de pesar que aqui também foi apresentado da Martinha de Jesus Costa, nós associamo-nos a este voto de pesar.”

**7.2.5** - Não havendo mais pedidos de palavra seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Nuno Vitorino (apresentando Moção/Saudação sobre o Prémio ao Município de Almada de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Pela reposição das onze freguesias no Concelho de Almada e Moção/Deliberação Por transportes públicos ao serviço das populações), Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação Em defesa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo), Nuno Gonçalves (apresentando Moção/Deliberação “Contra a exploração e o empobrecimento; Mudar de Política - Por um Portugal com futuro), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Em defesa do serviço público postal - contra a privatização, pela reabertura das estações de correios), Pedro Matias (apresentando Moção/Deliberação sobre Acesso da av.ª Cristo Rei à av.ª D. Nuno Álvares Pereira), Maria D’Assis (apresentando Moção/Deliberação sobre Apoio às crianças do 1º ciclo nos períodos de interrupção letiva), Rita Pereira (apresentando Moção/Deliberação Em defesa da reabertura dos serviços de CTT no Feijó), Sónia Silva (apresentando Moção/Deliberação sobre Congresso da mudança - Almada 1993 - 20 anos depois, mais associativismo, voluntariado e participação), António Pedro Maco (apresentando Projeto de Recomendação sobre Feira anual do Mar), Ana Catarina Mendes, Luísa Ramos, Carlos Guedes, António Pedro Maco, Nuno Matias, Maria D’Assis, António Pedro Maco e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.3.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação sobre Atribuição de Prémio ao Município de Almada - “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O Município de Almada, através dos seus Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, foi distinguido, no passado dia 27 de Novembro, com o Prémio da "Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano".

Este Prémio, atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR, em parceria com o Jornal Água&Ambiente, a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água (APDA), a Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), a Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), distingue a excelência da qualidade da água distribuída no sistema público de Almada e o cumprimento dos exigentes requisitos legais estabelecidos na legislação nacional e comunitária, bem como a implementação de um conjunto de ações e práticas de referência para o sector, de onde o júri destacou: a qualificada informação prestada à comunidade sobre a qualidade da água; o trabalho de sensibilização ambiental associado ao projeto "Beba Água da Torneira"; a implementação de um Plano de Segurança da Água; a implementação de atividades de investigação e desenvolvimento em parceria com instituições universitárias e laboratórios de excelência; e ainda a participação ativa dos Serviços nas estruturas sectoriais partilhando a experiência adquirida e contribuindo positivamente para a melhoria do desempenho do sector.

Este prémio é, não só um motivo de satisfação e uma garantia para a qualidade de vida de todos os Almadenses, mas também, um importante reconhecimento entre pares, que suporta a convicção do acerto das políticas públicas seguidas pelo Município de Almada neste âmbito.

Assim, a Assembleia Municipal Reunida em 18 de Dezembro de 2013 saúda todos os trabalhadores dos Serviços Municipalizados, pilar insubstituível do trabalho desenvolvido, o Conselho de Administração dos Serviços e a Câmara Municipal, cuja opção política por uma gestão pública e eficiente, assente nos valores da justiça social, do respeito pelos valores do



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

trabalho e da proteção ambiental, estão na base dos sucessos alcançados para a nossa comunidade.”

#### 7.3.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

##### 7.3.2.1 - Moção/deliberação Pela Reposição das Onze Freguesias no Concelho de Almada

O atual Governo e a maioria que o suporta na Assembleia da República impôs a extinção de 6 Freguesias no concelho de Almada, no âmbito da chamada reorganização administrativa do território, através da legislação aprovada para o efeito.

Fê-lo, apesar de todos os pareceres contra, devidamente fundamentados, elaborados e aprovados pelas onze Juntas e Assembleias de Freguesias, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal.

Ignorou e desrespeitou a vontade e as lutas desenvolvidas pelas populações locais em defesa da manutenção das suas 11 Freguesias. Acresce que, as Freguesias agora “agregadas”, tinham sido criadas por reivindicação das populações como forma de dar resposta de forma mais adequada ao desenvolvimento local, tendo sido criadas por leis da Assembleia da República com os votos favoráveis dos partidos agora no poder.

Reconhecemos a ação voluntária e empenhada dos cidadãos que integraram as Comissões Instaladoras das novas Freguesias, assim como a dedicação exemplar, o trabalho abnegado de todos os eleitos que exerceram o seu mandato nas Juntas e Assembleias de Freguesia até às eleições de 26 de setembro de 2013.

A reposição das 11 Freguesias no nosso concelho deve continuar a ser uma prioridade do trabalho autárquico e da ação popular para aprofundar a participação democrática das populações na vida local, numa perspectiva de desenvolvimento harmonioso e de proximidade.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 18 de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dezembro de 2013 decide:

- a) exigir a revogação da legislação em vigor e que as Freguesias agregadas sejam repostas;
- b) saudar todos os eleitos que travaram as lutas contra a extinção das Freguesias, continuando a contar com eles para a defesa do Poder Local Democrático;
- c) apelar às populações do concelho a continuarem a luta pela reposição das 11 Freguesias.

#### 7.3.2.2 - Moção/Deliberação Por Transportes Públicos ao Serviço das Populações

Cresce o número de zonas do concelho de Almada em que as populações aí residentes estão privadas de transportes públicos rodoviários a partir das chamadas horas de ponta e aos fins de semana.

A empresa TST detentora da concessão para prestação do serviço público de transporte rodoviário, recebendo para isso indemnizações por parte do Estado, prossegue uma política de “ reorganização da rede e ajustamentos dos horários, carreiras e percursos ” que, na prática, resulta sempre em cortes nas carreiras, reduzindo significativamente o direito à mobilidade e necessidades das populações.

É inaceitável que carreiras, como Cacilhas/Bairro do F. Fomento/Cacilhas, Cova do Vapor /Trafaria/Cova do Vapor, Cacilhas/Cristo Rei/ Cacilhas, Raposeira e Costa da Caparica/Trafaria tenham uma muito reduzida oferta, impondo verdadeiros “ recolher obrigatório” aos milhares de pessoas aí residentes.

Também nos interiores das freguesias da Charneca de Caparica/Sobreda e Laranjeiro/Feijó a situação existente obriga e empurra as populações a utilizarem o transporte individual, com todos os custos energéticos e ambientais associados.

Esta realidade é agravada aos fins de semana.

É neste quadro que não é aceitável novos “ajustamentos”. Isto é, cortes de carreiras da TST e alterações de percursos, conforme consta do pedido de autorização entregue na Autoridade



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Metropolitana de Transportes. Aliás, alguns dos horários aí constantes já se encontram em vigor, o que demonstra a passividade e cumplicidade duma Autoridade que não cumpre nenhum objectivo para que foi criada.

Por outro lado, a falta de coordenação entre os vários operadores de transportes, como por exemplo, entre os horários da Transtejo e TST, sobretudo no período noturno, determina longas esperas por parte dos utentes.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 18 dezembro 2013 decide:

- a) exigir do Governo o cumprimento das obrigações de um verdadeiro serviço público de transportes à TST;
- b) exigir à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa que reconheça os pareceres do Município de Almada às alterações pretendidas pela TST de forma vinculativa;
- c) exigir da TST a reposição de carreiras, horários e percursos, para as necessidades das populações no seu direito à mobilidade;
- e) apelar às populações para em conjunto, com eleitos do município, juntas de freguesias e comissão de utentes desenvolvam as lutas necessárias para exigir transportes públicos com qualidade, regularidade e segurança.”

#### 7.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em Defesa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Na passada sexta-feira milhares de cidadãos, trabalhadores dos Estaleiros Navais e a população de Viana do Castelo, realizaram mais um protesto onde foi reafirmado de forma categórica que “Querem trabalho, não querem desemprego”.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Hoje, dia 18 de Dezembro de 2013, os trabalhadores dos Estaleiros deslocaram-se a Lisboa onde protestaram junto da residência do Primeiro-Ministro, como sinal de repúdio e descontentamento em relação ao seu futuro e também da construção naval em Portugal.

A luta que tem sido travada, ao longo de vários anos, pelos trabalhadores dos Estaleiros, visa o prosseguimento da atividade da indústria naval e assim todas as manifestações e protestos reivindicam e exigem trabalho e não o desemprego.

Quando o Primeiro-Ministro refere que há preocupações por parte do Governo relativamente ao desemprego não há qualquer justificação para um despedimento coletivo que atinge mais de 600 trabalhadores e tem consequências para as famílias, para o comércio local e para todas as atividades no Concelho.

Onde está a coerência dos atuais governantes quando verificamos o encerramento, por todo o país, de inúmeras empresas, dos mais diversos sectores de atividade ao mesmo tempo que continuam a apregoar números que são facilmente desmentidos pela realidade da emigração e pelas dificuldades que se agravam para a maioria das famílias?

A indústria naval em Portugal representa um sector importante da economia nacional e a construção e reparação naval são indispensáveis; os estaleiros precisam de trabalho e não de despedir é este o sentimento dos trabalhadores e de toda a população de Viana do Castelo que o país acompanha com preocupação.

As propostas apresentadas pelos trabalhadores e pelos seus órgãos representativos, têm sido desprezadas e ignoradas por um governo que nada ouve e que não tem em atenção o interesse da economia nacional e dos sectores produtivos fundamentais para o desenvolvimento.

Durante anos não houve qualquer aposta para a revitalização e o investimento na empresa mas o governo afirma agora que há dinheiro para as indemnizações; a exigência de aplicação



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

deste valor no investimento e na modernização nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo é a resposta dada pelos trabalhadores.

A população do Concelho de Almada é particularmente sensível pela experiência vivida, conhece as consequências de todas as decisões nesta área de atividade e não esquece o que aconteceu com o encerramento de estaleiros como a Lisnave, a Sociedade de Reparação de Navios (SORENA), a H. Parry & Son e a apelidada reestruturação do Arsenal do Alfeite que conduziram à destruição de milhares de postos de trabalho e também a passagem pela situação de mobilidade especial (amarga experiência) de centenas de trabalhadores.

Estamos solidários com a luta dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e de todos os que enfrentam no dia-a-dia a política destruidora do governo.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária em 18, 19 e 20 de Dezembro de 2013, delibera:

1. Manifestar apoio inequívoco e solidário à luta dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, em defesa dos seus postos de trabalho e do desenvolvimento da indústria naval em Portugal;
2. Exigir ao Governo a revogação da decisão relativamente à destruição da empresa;
3. Exigir a implementação de apoios financeiros que permitam a continuação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo como uma empresa do Estado ao serviço da economia nacional.”

#### 7.3.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Contra a exploração e o empobrecimento; Mudar de Política - Por um Portugal com futuro



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Os trabalhadores e o povo português vêm-se confrontados com um violento ataque desenvolvido nestes últimos dois anos e meio contra os seus direitos fruto da aplicação de um Pacto de Agressão que têm como seus executores internos o Governo PSD/CDS, com a total cumplicidade do Presidente da República Cavaco Silva.

Pacto de Agressão que se têm traduzindo num rumo de declínio e retrocesso social com efeitos devastadores na destruição de postos de trabalho, de direitos e condições de vida dos trabalhadores e que conheceu no passado mês de Novembro mais um instrumento de ataque aos trabalhadores.

O Orçamento de Estado 2014, aprovado recentemente na Assembleia da República, constitui mais um instrumento da política de exploração e liquidação de direitos e é mais um atentado à economia nacional. Esta política de recessão, de desemprego, de empobrecimento, de embaratecimento dos despedimentos, de ataque ao mundo do trabalho, de aumento brutal dos impostos a quem trabalha, do aumento do custo de vida, de destruição de serviços públicos e de desmantelamento e liquidação da democracia e do poder local, de atraso e retrocesso social, gerador de desespero no presente e descrença no futuro, segue um rumo acelerado de desastre nacional que só o fim do Pacto de Agressão e a derrota deste Governo e desta política poderá travar. Uma política e um Governo que, a não serem derrotados, ameaçam destruir as condições de vida da esmagadora maioria da população e dos trabalhadores, arrasar com a economia nacional, comprometer a soberania, a independência e o futuro do país.

Perante a violenta ofensiva desenvolvida nestes últimos dois anos e meio contra os direitos dos trabalhadores e das populações, os ataques ao regime democrático e à soberania nacional, a luta dos trabalhadores tem constituído um factor determinante para travar a política de direita e as suas consequências.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Luta nas empresas e nos locais de trabalho contra o roubo nos salários, na defesa dos postos de trabalho e do trabalho com direitos, na melhoria das condições de trabalho, contra a privatização de empresas do sector público como é exemplo os Estaleiros de Viana do Castelo, e a melhoria do serviço público, como tem vindo a acontecer nas empresas de transportes públicos de passageiros e nos CTT.

Luta que conheceu vários momentos marcantes ao longo do últimos tempos onde se destaca a «Greve Geral da Administração Pública» marcada pela Frente Comum no passado dia 8 de Novembro com fortes adesões e expressões em todo o território nacional e no concelho de Almada, a nível de serviços públicos como a administração central e local, enfermeiros, finanças, segurança social, tribunais e segurança social e o «Dia Nacional de Indignação e Luta» que se realizou no passado dia 26 de Novembro com expressão nacional, convocado pela CGTP-IN com a realização de concentração junto à Assembleia da República e que foi antecedida de uma grandiosa manifestação em Almada do sector público, do sector empresarial do Estado e do sector privado. Ações que constituíram corajosas e determinadas afirmações de dignidade e patriotismo.

Ações que demonstraram e exigiram, a necessidade que existe de, romper com a política de direita e com o Pacto de Agressão, com vista à construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda. Uma política que seja capaz de libertar Portugal da dependência e da submissão, recuperar para o país o que é do país, devolver aos trabalhadores e ao povo os seus direitos, salários e rendimentos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 18 de dezembro, em sessão ordinária, delibera:

- 1- Manifestar a sua solidariedade a todos os trabalhadores, que mesmo em condições financeiras difficilimas, aderiram as jornadas de luta na defesa de uma política diferente que rompa com Pacto de Agressão e com as políticas de direita dos sucessivos Governos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

2- Manifestar a sua solidariedade e apoio a todos os trabalhadores, reformados, pensionistas, pequenos empresários, jovens, estudantes, reformados e pensionistas que lutam por melhores condições de vida.

3- Apelar a continuação do desenvolvimento da luta de massas, nomeadamente à participação na «Semana Indignação e Luta» que esta a decorrer de 16 a 20 de Dezembro e a participação na «Vigília da Indignação e Protesto» de dia 19 de Dezembro, em Belém, junto à Presidência da República, convocadas pela CGTP/IN.”

#### 7.3.5 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em defesa do serviço público postal - contra a privatização, pela reabertura das estações de correios

O Governo levou por diante os seus intentos de privatização dos CTT. Pela primeira vez, em cinco séculos de história, os Correios foram entregues aos interesses privados dos grupos económicos. Os maiores acionistas privados são agora nada menos que, em segundo lugar, o alemão Deutsche Bank, e em primeiro lugar o norte-americano Goldman Sachs. Este último notabilizou-se devido ao seu papel na crise financeira desencadeada em 2008 (tendo sido acusado de fraude pela comissão de valores mobiliários dos EUA), ou ainda pelo envolvimento na origem da crise financeira da Grécia, com a ocultação do défice das contas públicas daquele país.

No plano das contas públicas, com a privatização dos Correios, o Estado perde as receitas dos dividendos que deixa de receber e perde ainda receitas fiscais, agravando o défice orçamental. Mas, mais que isso, perde o comando do controlo estratégico de um serviço público que é um fator fundamental de desenvolvimento e qualidade de vida, de coesão territorial na ligação às regiões, tantas vezes o último serviço que restava nas povoações e o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

único contacto regular que tinham populações isoladas e abandonadas por sucessivos governos.

Ao vender os CTT na bolsa de valores, o Governo pretendeu transformar um serviço público num negócio privado, num quadro de submissão do interesse público para a valorização dos interesses dos grupos económicos.

Centenas de estações de correios foram encerradas, centenas de marcos do correio arrancados, verifica-se a degradação do serviço postal, prejudicando gravemente as populações. Por seu turno, verifica-se também na empresa o ataque ao emprego com direitos e os milhares de postos de trabalho destruídos ao longo dos últimos anos, bem como o preocupante jogo de palavras e contradições quanto à retirada ou não do sistema de saúde/Obras Sociais dos CTT, prejudicando a vida de dezenas de milhares de trabalhadores e aposentados dos CTT e suas famílias.

Anuncia-se entretanto, mas não se divulga, um protocolo entre o Governo e os CTT, que levanta as maiores suspeitas e preocupações, para a criação dos ditos espaços Loja do Cidadão em estações dos Correios, em circunstâncias que ninguém conhece, mobilizando fundos públicos e comunitários, colocando funções do Estado e da Administração Pública nas mãos de interesses privados.

O Governo decretou ainda a alteração dos contratos de concessão do serviço postal, com o encerramento mais fácil de estações de correios; aumentos de preços e discriminações tarifárias facilitadas; a eliminação do próprio conceito de rede pública postal e do seu desenvolvimento.

O comando político e democrático do processo de desenvolvimento, organização e funcionamento da economia e da vida social exige, para ser cumprido, a defesa e o reforço



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

do setor empresarial do Estado - e não a venda a retalho da soberania nacional e da democracia económica.

Neste contexto, é ainda mais incompreensível que se mantenha esta situação de encerramento de serviços e estações de correios, que o Concelho de Almada tem vindo a sofrer ao longo dos anos. O que é justo e exigível é que sejam reinstaladas e reabertas as estações dos CTT que foram encerradas, primeiro na Trafaria (levando à posterior prestação do serviço na Junta de Freguesia), e mais recentemente em Cacilhas e no Feijó; mas também que se concretize finalmente a perspetiva inicialmente colocada para a Sobreda, de criação de uma estação de correios onde não existia (tendo então avançado com esse propósito e durante o prazo de um ano a instalação de um balcão provisório também na Junta de Freguesia, compromisso assumido por escrito pelos CTT).

Já era condenável a opção de encerrar estações e passar o serviço para as autarquias num contexto de empresa pública. Mas agora é totalmente inaceitável que as Juntas de Freguesia coloquem os seus recursos escassos ao serviço da acumulação de lucro dos grupos económicos e financeiros multinacionais que dominam a empresa CTT.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão plenária a 18 de dezembro de 2013, delibera:

1. Manifestar o seu repúdio e condenação face à operação realizada este mês de entrega aos interesses privados da maioria do capital da empresa CTT e o controlo estratégico do serviço público postal, com a privatização dos Correios na Bolsa de Valores.
2. Pronunciar-se pela exigência da reinstalação e reabertura das Estações de Correios da Trafaria, Cacilhas e Feijó, e pela criação da nova Estação de Correios da Sobreda.”

#### 7.3.6 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Moção/Deliberação sobre Acesso da av.<sup>a</sup> Cristo rei à av.<sup>a</sup> D. Nuno Álvares Pereira

Devolver a vida ao centro da cidade de Almada passa por uma organização coerente.

Passa pela harmonia e equilíbrio estético do desenho urbano e arquitectónico, pela reabilitação urbana, pela preservação dos valores patrimoniais, pelo apoio à atividade económica e pela concentração e reforço de um conjunto de factores ligado à mobilidade.

Na saída da Av. Cristo Rei, junto ao Café Tropical, que dá acesso a Av. D. Nuno Alvares Pereira, o espaço da curva limita a circulação dos autocarros, vindos do santuário do Cristo-rei, colocando em perigo os visitantes do santuário, os utentes do MST, e os automobilistas que circulam neste espaço, devido a um elevado número de manobras perigosas que os autocarros têm de executar passando sempre por cima da linha do MST, existindo já um registo de dois (2) acidentes entre o Metro e os autocarros vindos da Avenida Cristo-Rei.

A assembleia Municipal de Almada, reunida a 18 de Dezembro de 2013, na freguesia do Feijó, delibera recomendar à Câmara Municipal que providencie no sentido de:

Alterar as condições de acesso da Av. D Nuno Alvares Pereira à Av. do Cristo-Rei, passando de uma via de saída para duas, uma de entrada e outra de saída, e redesenhar a curva de forma a que os autocarros não tenham de subir para o espaço de passagem do MST colocando a segurança dos passageiros em causa. Resolve-se assim de uma forma racional o problema em questão, melhorando definitivamente a segurança e a mobilidade de todos os intervenientes, sendo este um acesso fundamental ao santuário do Cristo-rei por onde passam cerca de 600.000 visitantes ano.”

**7.3.7 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Apoio às crianças do 1º ciclo nos períodos de interrupção letiva

Considerando que:





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- A componente de apoio à família no 1º ciclo do ensino básico é uma dimensão que importa assegurar, tratando-se de uma resposta social às crianças e às famílias, que reforça a generalização do conceito de escola a tempo inteiro, tal como é reconhecido pelo Despacho nº9265-B/2013;
- Esta dimensão assume uma importância fundamental quando se trata das interrupções letivas, ficando muitas crianças sem uma efetiva cobertura, apresentando-se como uma necessidade emergente que proporciona às famílias um acompanhamento mais eficiente dos seus educandos, num clima de segurança, de aprendizagem e resposta sócio educativa efetiva.
- O concelho de Almada, apresenta 941 processos ativos de crianças e jovens em risco ao nível da CPCJ, segundo dados do Diagnóstico Social do Concelho;
- O peso das famílias monoparentais é de 18,6%, segundo dados da Plataforma Supra Concelhia da Península de Setúbal;

Considerando ainda que, dada a brutal crise sócio económica que o país atravessa, crescem outras situações que afetam o adequado apoio e enquadramento das crianças.

Fica clara a necessidade da criação de uma resposta liderada pela Autarquia, no âmbito da Rede Social e que envolva a participação das Associações e IPSS's, em estreita articulação com as Escolas do concelho, a exemplo do que acontece em inúmeras autarquias no país. Neste sentido a Assembleia Municipal recomenda ao executivo camarário que diligencie no sentido da implementação de uma resposta eficaz, que permita que as crianças em idade escolar disponham de uma cobertura nos períodos de interrupção letiva, a implementar em 2014.”

#### 7.3.8 - A Sr.ª Deputada Municipal Rita Pereira (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Moção/Deliberação Em defesa da reabertura dos serviços de CTT

No âmbito das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Almada (CMA) para o Ano 2014, no que respeita às linhas de orientação, nomeadamente o ponto 7.25, onde se prevê pugnar, junto da Administração Central, contra o encerramento de serviços públicos essenciais à população e exigir a sua reabertura, verificamos que o recente encerramento do Posto dos Correios do Feijó continua a ser um dos fatores de redução da qualidade de vida e acesso a serviços, por parte dos cidadãos deste território.

Reconhecendo o serviço prestado pelos CTT como de interesse público, de proximidade e essencial para a resposta às necessidades mais básicas dos cidadãos.

Considerando que a retirada do posto de correios no Feijó, tal como em Cacilhas, veio trazer um conjunto de dificuldades e impedimentos no acesso a estes serviços, sobretudo à população mais idosa, que é precisamente a mais dependente dos mesmos e existe em número muito significativo nestas áreas de residência.

Sabendo embora que, na análise desta questão, existem fatores e decisões que não dependem exclusivamente da ação da CMA, entendemos que a luta contra mais encerramentos de serviços públicos no concelho é uma prioridade, sendo um imperativo que a CMA, em conjunto com as Juntas de Freguesias do Concelho, desenvolva todos os esforços no sentido assegurar a manutenção do acesso da população a estes serviços.

Assim, face ao acima exposto, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária, no dia 18 de Dezembro de 2013, no Feijó, delibera:

Manifestar, junto da Administração Central, a sua frontal oposição ao encerramento dos serviços dos CTT e exigir a reabertura dos postos, entretanto encerrados.”

**7.3.9 - A Sr.ª Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Moção/Deliberação Congresso da Mudança - Almada 1993 - 20 anos depois, mais Associativismo, Voluntariado e Participação

Cumriu-se este ano (30 e 31 de Outubro) o 20º aniversário da realização de um importante Congresso Nacional de Colectividades que mudou por completo o paradigma associativo nacional. Esse congresso realizou-se em Almada e nele participaram dezenas de Dirigentes Associativos almadenses, tendo dado um forte contributo para o que é hoje o Movimento Associativo Nacional.

Desde então, muita coisa mudou mas muitos dos problemas diagnosticados naquele congresso mantêm-se. A responsabilidade não é certamente dos Dirigentes Associativos e das Associações e Colectividades.

É reconhecido que a sociedade portuguesa está a atravessar um momento muito difícil.

Pode-se aqui discorrer sobre as causas, os responsáveis, os caminhos escolhidos e as suas consequências. Preferimos deixar que cada um faça a sua própria avaliação.

No que respeita ao Movimento Associativo Popular [MAP], não se pode deixar de fazer o diagnóstico, apresentar e reivindicar soluções e mudanças que passam, necessariamente por alterações de políticas, a nível central, legislativo e jurídico, para recuperarmos a nossa dignidade e soberania políticas, sociais, históricas, económicas e culturais.

Importa manifestar desacordo absoluto face o insuportável agravamento dos custos nos bens e serviços essenciais ao Associativismo, resultado do aumento da carga fiscal e da supressão das suas taxas intermédias - com reflexo nos custos da energia como a eletricidade, os combustíveis, o gás, portagens; agravamento das rendas; aumento das ações inspectivas com a aplicação de pesadas coimas, exigência de autorizações e agravamento de taxas e licenças para as iniciativas a que se junta a faturação electrónica e a obrigatoriedade da apresentação do Modelo 22, tudo isto sem ter em conta as características do nosso Movimento Associativo



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que, pela sua natureza social, histórica e cultural deveria ser objecto de discriminação positiva. A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 78º, deixa clara a importância e a responsabilidade sobre esta matéria.

Ao mesmo tempo baixam as receitas das atividades estatutárias e não estatutárias das Colectividades face as dificuldades económicas e financeiras das famílias, das autarquias, das empresas. Vive-se uma fase depressiva, recessiva e há que contrariá-la! É que ao contrário daquilo que alguns apregoam, afirmando que o associativismo é “subsídio-dependente”, considerando o volume anual de negócios que dinamiza a nível local e nacional, o movimento associativo popular, é mesmo um contribuinte líquido do Orçamento de Estado. Basta pensar que, quando as autarquias atribuem 100.000 euros às atividades das colectividades e associações do nosso concelho, 23.000 euros vão direitinhos para o ministério das finanças.

Mas o movimento associativo será capaz de se regenerar, renovar, reforçar e dar um novo sentido à vida das comunidades. Será capaz de prevenir contra a exclusão e incluir socialmente crianças, jovens, adultos e idosos. Contribuirá para uma sociedade mais justa, mais solidária, mais fraterna, mais democrática e participativa pela via da cultura, do recreio e do desporto. Essa sempre foi a sua função e continuará a ser.

Vale a pena conhecer todas as Colectividade de Almada, os seus vários projetos e serviços que prestam às suas várias comunidades, às freguesias, à nossa Terra e Concelho de Almada. Vale a pena participar nas suas iniciativas e eventos regulares.

Vale a pena ser dirigente associativo voluntário. Vale a pena entregarmo-nos a uma causa que não tem preço, mas tem valor.

O Congresso da Mudança foi um momento histórico que hoje aqui deve ser recordado, saudando e manifestando o nosso reconhecimento a todos quantos nele se empenharam nestes, particularmente à Câmara Municipal de Almada e aos Dirigentes Associativos que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

constituíram e integram a Associação Concelhia das Colectividades de Almada, ela mesma fruto das recomendações desse congresso.

Assim,

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 18, 19 e 20 de Dezembro de 2013, no Edifício do Poder Local da Freguesia do Feijó, delibera:

- 1) Saudar o MAP português pela passagem dos 20 anos do Congresso de Almada - o Congresso da Mudança - realizado no Complexo Municipal dos Desportos da Cidade, entre 30 e 31 de Outubro de 1993;
- 2) Apoiar as Colectividades, Associações, Clubes Almadenses que pretendam e necessitem de requerer o Estatuto de Utilidade Pública Municipal para efeitos de redução/isenção do valor de renda atualizado, face a aplicação da nova Lei das Rendas (L 31/2012, de 14 de Agosto) - autêntica Lei dos 'Despejos';
- 3) Reconhecer e defender a necessidade de alteração/ reposição legislativa da isenção do IVA para as atividades estatutárias das associações, colectividades e instituições de utilidade pública;
- 4) Apoiar e acompanhar as Comemorações, no próximo ano, dos 40 anos do 25 de Abril de 1974, por todas as razões históricas, sociais e políticas e, em especial, por todos os avanços e mudanças positivas e construtivas para o MAP - liberdades de reunião, de associação, de filiação e de prossecução de atividades;
- 5) Apoiar e acompanhar, em 2014, as Comemorações dos 90 anos da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto;
- 6) Saudar a reunião do Conselho Nacional da CPCCRD, realizada no passado 7 de Dezembro, no Convento dos Capuchos, em que Dirigentes e Conselheiros Associativos deste Órgão social nacional se reuniram para analisar os problemas e dificuldades e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

aprovar soluções e propostas a apresentar ao Governo Central para mudança de rumo e de políticas que estão a aniquilar o futuro próximo de muitas Colectividades, tanto a nível local, como regional e nacional;

- 7) Saudar a Associação Concelhia das Colectividades de Almada [ACCA] na passagem dos seus 12 anos e pela sua nova sede social e instalações, cedidas pela CMA, sitas nas Barrocas/Cova da Piedade.”

#### 7.3.10 - O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

#### Projeto de Recomendação - Feira Anual do Mar

Desde há muito que é reconhecido o potencial paisagístico e natural da Costa da Caparica, tal como a sua localização ímpar tendo a capital Lisboa a quinze minutos.

A este importante factor, junta-se ainda a força e garra das suas gentes que, de geração em geração, souberam cuidar e preservar a sua identidade, as suas tradições e costumes enraizados ao longo dos tempos.

A Costa da Caparica é muito mais que uma zona balnear que sazonalmente atrai milhares de visitantes tendo muito mais para oferecer que o seu vasto areal.

As suas potencialidades fazem do local uma fonte de atratividade para o investimento e desenvolvimento na procura da exploração de novos lugares, novas economias, novas tendências e novas ofertas mantendo sempre o cunho tradicional que caracteriza a Costa da Caparica, ressaltando como exemplo a Xávega, arte ligada aos pescadores desde os tempos mais remotos até ao *Transpraia* símbolo já de uma modernidade dos novos tempos.

Ainda recentemente, ficou bem patente através de um magnífico documentário transmitido por uma cadeia de televisão nacional, as potencialidades por vezes escondidas e que passam despercebidas sem uma abordagem mais aprofundada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É nessa base que devemos potenciar, explorar e aproveitar aquilo que a Natureza teve o condão de oferecer e transformar numa mais-valia em favorecimento de Almada e da Costa da Caparica.

É com o intuito de criar uma maior dinâmica e rentabilização do espaço oferecendo mais oportunidades às suas gentes que a Assembleia Municipal de Almada reunida na União Freguesias Laranjeiro/Feijó nos dias 18,19 e 20 de Dezembro de 2013, Recomenda à Câmara Municipal de Almada que:

Possa tomar toda as diligências necessárias para o patrocínio, criação, organização e promoção junto das forças vivas da freguesia e do concelho, entre outras, de uma verdadeira Feira Anual do Mar na Costa da Caparica, em data e local a considerar, onde possam estar representadas todas as atividades que estejam interligadas e que do mesmo dependam direta e indiretamente, tal como para a promoção da paisagem e da gastronomia incentivando e dinamizando a economia local assim como, a projeção da freguesia e do concelho como polo atrativo não só de lazer, mas também de investimento e fixação de pessoas e bens.”

#### 7.3.11 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria dizer Sr. Presidente que não há nenhuma Moção que nos suscite um voto contra para já, mas de qualquer forma queria aqui salientar, creio que não sendo do Concelho mas é um problema de todos nós e o Concelho de Almada já viveu esse problema em tempos idos. E por isso mesmo acho que não é demais lembrar aqui nesta Assembleia Municipal a importância da decisão que o Governo tomou sobre os Estaleiros de Viana do Castelo. Aquilo que nós estamos a assistir é mais uma vez a um ataque generalizado a todos os sectores em Portugal, de que este obviamente também não escapou. E quando nós estamos a falar dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, estamos a falar de um problema que não é de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

hoje evidentemente e que o PS não refuta as suas responsabilidades naquilo que foi também a sua gestão. Mas que quer também relembrar que no último Governo Socialista também se encontraram soluções, podemos concordar ou discordar delas, mas encontraram soluções que permitiam que os Estaleiros pudessem continuar a sua atividade. Daquilo que estamos a falar hoje é de muitas famílias cuja incerteza chegou agora também às suas casas. E por isso é de assinalar aqui na Assembleia Municipal de Almada, uma terra de luta e uma terra que também já teve aqui a sua Lisnave com a sua importância, lembramo-nos bem da fome, desses tempos. E por isso também gostaríamos que noutras zonas do País isso não viesse infelizmente a acontecer. Quanto às outras Moções que foram apresentadas Srs. Deputados Municipais, não há nenhum voto contra, vamos acompanhar todas as votações, queria no entanto solicitar às demais bancadas e colocar à consideração da Assembleia Municipal que pudéssemos votar a Moção que o Partido Socialista apresenta sobre os CTT, que aproveito para dizer que o Partido Socialista está contra esta privatização, também sei e tenho recebido várias dos representantes dos trabalhadores dos CTT, eu creio que acabar com este serviço público é também mais uma machadada naquilo que são, não é exagero, Sr. Deputado Nuno Matias, pela simples razão que acabou de ser privatizado e se for privatizado acaba o serviço público evidentemente, e por isso mesmo aquilo que vai acontecer com o encerramento, basta estarmos atentos para também perceber que um serviço desta natureza fica evidentemente em causa. Podem dizer que estava no memorando e estava de facto no memorando de entendimento a possibilidade da concessão de uma parte dos CTT. Não é a mesma coisa que privatizar a totalidade dos CTT. E independentemente disso Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nós queremos solicitar que pudessem ser votados ponto por ponto os pontos da nossa Moção para que assim nós possamos também aqui ter uma votação que vá ao





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

encontro daquilo que são as nossas expectativas e no caso concreto é o encerramento nesta Freguesia do posto dos CTT.”

#### 7.3.12 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós vamos votar favoravelmente a Moção do Bloco de Esquerda em defesa dos Estaleiros de Viana do Castelo. Nós pensamos que é uma Moção apesar de falar em coisas que já passaram tem uma muito importante na atualidade que é as consequências para o Arsenal do Alfeite. Aliás, muito do que acontecer agora relativamente a Viana do castelo, seguramente que a seguir pode-se refletir no Arsenal. A Assembleia é verdade que em Mandatos anteriores já tomou várias vezes posição contra aquilo que se pretende para o Arsenal do Alfeite. E portanto valorizamos esta Moção, aproveitamos também para reafirmar a necessidade de acompanhar, lutar e defender o Arsenal do Alfeite.

Depois relativamente à Moção apresentada pelo CDS-PP eu creio que o Sr. Deputado Maco, é verdade que tem havido preocupações sobre a animação da Costa da Caparica, mas participamos ambos e mais outros Srs. Deputados na primeira Comissão e foi dito claramente pelo Sr. Presidente da Câmara fazer parte dos eixos das Opções do Plano. Parece-me no entanto que o que reivindica não me parece ajustado tendo em conta que a Assembleia Municipal pode recomendar à Câmara obviamente que faça todos os esforços com os parceiros para animação daquela Freguesia, mas não somos propriamente promotores de festivais e portanto, com todo o respeito nós não podemos acompanhar a Moção do CDS.

Relativamente às propostas do Partido Socialista, começava por esta dos CTT, enfim a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendes, propõe e ainda bem que propõe, nós com o corpo da Moção e com o ponto um concordamos, mas obviamente, até pela Moção que a CDU



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

apresentou e pela defesa que eu fiz, obviamente que perceberá que não podemos acompanhar o ponto número dois e portanto vamos votar contra.

Sobre o acesso à av.<sup>a</sup> Cristo Rei, eu quero dizer aos Srs. Deputados do Partido Socialista que os Srs. conhecem o Relatório da avaliação dos serviços do Plano de Mobilidade, e portanto sabem que esta obra está objetivamente prevista e até dos vários conjuntos de obras outras já feitas, parece-me que não será exagero dizer que a única que está por executar é efetivamente esta obra. Obviamente que é verdade ela não foi feita e portanto vamos votar a favor, mas ainda assim parece-me e fica aqui se me permite a recomendação que o Partido Socialista devia saber que está na nossa perspetiva concluir, aliás é uma obra que não é fácil e por isso é que ainda não foi concluída na medida em que interfere com os SMAS, enfim implicações sérias na resolução da obra, mas regista-se que o Partido Socialista está atento àquilo que são as obras que a CDU tem por fazer e relembra e obviamente sendo certo vamos votar a favor. O mesmo se coloca na vossa outra Moção de apoio às crianças do 1º ciclo. Bom, provavelmente, volto a insistir, o Partido Socialista, eu não vou adjetivar, eu não gosto de adjetivar estas posições, poderia dizer que é um bocadinho de oportunismo, mas não é por aí que quero ir. O que quero dizer é que os Srs. conhecem que isto faz parte das Opções do Plano da CDU, sabem que isto é uma das suas linhas estratégicas. Nós vamos ver como é que os Srs. vão votar as Opções do Plano, para este ano. Vamos ver se votam a favor porque obviamente se votarem contra depois não dá a bota com a perdigota. Por outro lado, também sobre isto, relembro que os Srs. Deputados do Partido Socialista, que foram à 1ª Comissão, também ouviram de uma forma menos desenvolvida a explicação, a argumentação que o Sr. Presidente da Câmara fez no sentido de informar que sendo uma linha estratégica para a CDU e para o Executivo da Câmara, obviamente que estas matérias iriam ser trabalhadas. Eu relembro que esta recomendação e aquilo que ela implica de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

aumento de despesas, enfim tem que ser uma questão ponderada, tem que ser uma questão bem trabalhada, mas naturalmente que não é isso que faz com que nós votemos contra, porque faz parte do nosso plano de trabalho, faz parte das nossas preocupações e porque não é só porque foram os Srs. a colocar que votamos contra. No entanto, registamos que o Partido Socialista está atento e está a agir no sentido que a CDU não se esqueça de cumprir o programa eleitoral e as Opções que vamos ver como é que vão votar quando chegarmos ao momento.”

#### 7.3.13 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Bem sabemos que temos pouco tempo, por isso dizer rapidamente que votamos contra o segundo ponto da Moção do PS sobre os CTT, pelas razões já adiantadas pela Deputada da CDU, e que votaremos contra o Projeto de Recomendação do CDS, embora reconhecemos que o CDS tem propensão para as feiras tem apetência pelas feiras, mas não podemos acompanhar porque parece-nos que extravasa o âmbito desta Assembleia Municipal.”

#### 7.3.14 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.<sup>a</sup> Deputada da CDU, parece que realmente não são uma promotora de espetáculos, embora às vezes pareça, por muitos espetáculos que vão acontecendo por este Concelho, nomeadamente aquilo que foi dito na Comissão, portanto parece que no fim do ano temos sempre um verdadeiro espetáculo como também a avaliar pelo orçamento em foguetório e derivados, tal como em condecorações e prémios parece quase que somos uma empresa de espetáculos. Como é evidente, é assim se não querem votar favoravelmente a Moção do CDS-PP, acho que é mais fácil dizer logo que não querem votar, que são contra, só por votar contra. Eu penso que a Câmara de Portimão também não é uma promotora de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

espetáculos. A Câmara Municipal de Olhão também não é uma promotora de espetáculos. A Câmara Municipal de Óbidos e outras tantas por esse País fora também não são promotoras de espetáculos e infelizmente vamos continuar a ter neste Concelho falta de oportunidades, falta de investimento por causa deste sectarismo que continua por parte do Partido Comunista, neste caso da CDU. E é assim que as coisas continuam neste Concelho. A falta de investimento, a falta de atratividade, a falta de novas oportunidades nomeadamente na Costa da Caparica, é assim que nos encontramos. Portanto, lamentamos, pode ser que tal e qual que foi a famosa Moção daqueles aparelhos de ginástica, que o Sr. Deputado da CDU na altura disse que era necessário estar lá um médico e votaram contra a Moção do CDS, mas que depois verificamos agora neste caso que os mesmos aparelhos de ginástica lá estão, pode ser que aqui aconteça o mesmo, fica o Concelho a ganhar, fica a Costa da Caparica a ganhar com a situação.

Relativamente às restantes Moções, mais uma vez quero que fique aqui bem esclarecido a nossa saudação ao SMAS, que neste caso tem feito um bom trabalho e mais uma vez saudar o prémio recebido pela entidade competente.

Relativamente aos transportes públicos ao serviço das populações, o CDS-PP vai votar favoravelmente esta Moção por parte da CDU, não temos esse tipo de problemas, mas isto é muito mais que o problema da empresa TST. Estamos à vontade até porque na última legislatura autárquica o CDS-PP apresentou uma Moção a qual denunciámos o aumento fora da Lei dos preços por parte da TST. Portanto, estamos completamente à vontade para falar desta questão. Agora, esta Moção é uma questão de mobilidade. E se queremos falar de mobilidade no Concelho de Almada podemos falar, aliás está aqui outra Moção que espelha bem esta Moção do PS ao qual nós vamos votar também a favor, espelha bem o estado da mobilidade no Concelho de Almada. Portanto, para a bancada da CDU, não nos vamos cingir



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

apenas à empresa TST ao qual o CDS-PP vai votar a Moção a favor, penso que em termos de mobilidade há muito ainda para discutir.

Relativamente à questão dos CTT no Feijó, vamos votar contra a Moção da CDU e vamo-nos abster relativamente à Moção do PS. Como é evidente os CTT fazem falta, privados ou públicos é bom que eles venham. Agora, como é evidente isso é ponto assente, o CDS-PP é a favor da privatização dos CTT.”

#### 7.3.15 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às Moções procurar ser sucinto, sendo que algumas reflexões devem ser feitas face ao conteúdo de alguns dos documentos em análise.

Em primeiro lugar também associarmo-nos à Saudação dos SMAS e ao Prémio sobre a Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano.

Em relação à Moção sobre as Freguesias naturalmente iremos votar contra e iremos votar contra não porque não estejamos ao lado da defesa do investimento que deve ser feito nesses territórios, no apoio que deve ser dado às populações, do serviço de proximidade que deve ser assegurado pelas autarquias, mas não é pela existência dos órgãos políticos que o serviço público deixa de estar assegurado ou deve continuar a ser potenciado e portanto essa é a nossa filosofia, entendemos que mais órgãos políticos não significa necessariamente um serviço público mais conseguido e eficaz.

Em relação aos transportes públicos gostaríamos de propor à CDU que se concordassem pudessemos votar alínea a alínea com uma proposta que faríamos no sentido de podermos acrescentar uma alínea f) que diz respeito a uma preocupação que ao fim ao cabo está aqui nos considerandos desta Moção, preocupação que também é nossa. Apesar de não termos a mesma análise das causas nem das soluções e muito menos do papel que o Governo possa



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ter em relação à implementação das mesmas ou da exigência que é feita aqui à concessionária na reposição das carreiras, mas ainda assim entendemos que esta Assembleia é um órgão competente e nomeadamente a eventual criação e é essa a nossa proposta de incluirmos uma alínea f) em que proporíamos a criação de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal para acompanhar a realidade dos transportes públicos no Concelho de Almada, bem como eventuais propostas de alteração que vão um pouco de encontro àquilo que estão noutras alíneas mas sem os graus de exigência que entendemos de nós, sem dados mais concretos e uma avaliação por esta Assembleia, não nos permite acompanhar na plenitude apesar de haver no caso da alínea a) e portanto estamos à vontade, é uma exigência que é feita ao Governo que nós acompanhamos e que iremos votar a favor.

No que diz respeito à Moção do Bloco de Esquerda sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, deixar claro que como já disse numa anterior Assembleia, nós temos um princípio que assuntos que não digam respeito a Assembleia e que na Assembleia Municipal ou por intermédio dos Órgão Autárquicos tenham capacidade de serem resolvidos ou tenham capacidade de serem influenciados, nós entendemos que não devemos estar associados a esse tipo de documentos porque não é para isso que aqui estamos, basicamente o nosso mandato é para defender os cidadãos de Almada e procurar influenciar a gestão autárquica do dia a dia da Câmara Municipal de forma a que com isso possamos servir melhor os nossos cidadãos. Mas estamos muito à vontade sobre esta matéria porque não fomos nós que criamos um conjunto de constrangimentos à indústria naval e portanto muito teríamos a dizer sobre esta matéria. Mas iremos votar contra esta Moção.

Em relação à Moção sobre a mudança de política para um Portugal com futuro, entronca nesta mesma questão, mas apesar de tudo é importante que se diga que Portugal realmente vive um tempo muito difícil, por um conjunto de sacrifícios que estão a ser pedidos às



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

peçoas, aos cidadãos deste Concelho, estruturas políticas que existem na nossa terra, que todos nós gostaríamos que passasse por menos sacrifícios, por menos problemas, por situações de menor exclusão social, mas todos nós temos a consciência também que muito daquilo que aqui é exigido, muito daquilo que aqui é reivindicado, muitos dos ataques que são feitos ao Governo que está a procurar fazer um processo difícil de ajustamento que em Almada também necessariamente tem os seus efeitos e gera também alguns problemas sociais, têm origens, têm causas, o terceiro resgate que entretanto nos quarenta anos de Portugal democrático fomos testemunhas, têm rostos e têm responsabilidades. E portanto estamos muito à vontade para falar sobre isso, mas entendemos que apesar de tudo, não é este o fórum para debater com a clarividência e com a eficácia de ação, porque não será o Executivo Municipal que vai governar o Orçamento de Estado 2014, e muito menos será qualquer um de nós do ponto de vista da responsabilidade enquanto autarcas desta terra, que teremos capacidade e teremos competência para poder influenciar diretamente essa mesma gestão.

Em relação aos Correios deixar claro, porque isto tem a ver com Almada, que há aqui realmente visões ideológicas sobre aquilo que é a noção do serviço público e aquilo que é a organização, a gestão e a propriedade dessa gestão do serviço público. E aí eu respeito muito quem entende que só a forma pública de propriedade é que é eficaz na gestão do conceito "serviço público". Nós aí divergimos com todo o respeito mas divergimos. Desde que esteja salvaguardado um princípio e um conceito de serviço público e no caso dos CTT foi assegurado que estará perfeitamente contratualizado a definição de conceito de serviço público. O conceito de serviço público no caso dos CTT, foi assegurado que estará perfeitamente contratualizado a definição do conceito de serviço público prestado universal, de forma a salvaguardar quer seja na distribuição do correio, quer seja no acesso às estruturas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que estão disseminadas por todo o território, de forma a que seja racional o seu funcionamento e seja sustentável o serviço que presta à população porque nós concordamos, os correios têm um valor social que deve ser salvaguardado, que deve ser mantido e que deve estar acautelado a partir do momento que isso aconteça para nós não é vital que a propriedade seja pública. Aquilo que tem que ser público e aquilo que está salvaguardado é a definição de serviço público. É o serviço que é prestado ao cidadão no dia a dia, e é isso que nós queremos ver salvaguardado. Aliás, já tivemos exemplos noutros sectores onde invariavelmente este tipo de empresas por muito valor social que tenham, por muito valor estratégico que tenham, é muito complicado poderem desenvolver-se para aí sim defender os seus trabalhadores, defenderem a sua missão, defenderem o conceito de serviço público, se não houver uma injeção de responsabilidade e de financiamento que o Estado hoje em dia não é possível salvaguardar, a menos que todos nós queiramos manter o nível de impostos tão elevada como temos hoje em dia. Nós entendemos que deve ser o contrário.

E portanto, necessariamente não podemos acompanhar esta preocupação, sendo no que diz respeito às estruturas que estão no terreno e às opções de encerramento, seja dos postos, seja de aberturas, com parcerias com as Juntas de Freguesia, entendemos que aquilo que tem sido feito tem procurado assegurar alguma racionalidade e alguma disseminação no terreno que seja minimamente equilibrada.

Em relação à Moção do Partido Socialista sobre o acesso à av.<sup>a</sup> do Cristo Rei e D. Nuno Álvares Pereira, iremos votar a favor. Mas queríamos realçar sobre esta matéria algo que nós entendemos e sobretudo até à apresentação do Orçamento para 2014 da autarquia, que entendíamos que não era o fórum na Assembleia Municipal a não ser nos processos de auscultação que aconteceram de contributos e de propostas para o documento que iremos debater amanhã, entendíamos que não era através das Moções a esta Assembleia e neste





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

momento que iríamos contribuir para melhorar a ação autárquica do Executivo e portanto nós próprios propusemos no âmbito do estatuto da oposição que fosse desenvolvido um conjunto de estudos alargado, no sentido de encontrar uma solução de circulação e de mobilidade, acessibilidades, estacionamento, acesso ao comércio local desde Cacilhas até ao Centro Sul, passando também por envolver as Estradas de Portugal naquilo que deve ser também o repensar do acesso à Ponte 25 de Abril. Foi uma proposta que o PSD apresentou ao nível do orçamento para 2014, mas a proposta do Partido Socialista é uma vertente da nossa proposta e portanto iremos acompanhar com todo o gosto. No que diz respeito ao apoio às crianças do 1º ciclo também iremos votar favoravelmente.

Em relação à questão do Congresso da Mudança iríamos propor à CDU que pudessemos votar em separado o ponto 3º, porque apesar de percebermos e saudarmos também o movimento associativo que em Almada é rico e que tem história e é credor de todos nós de elogios pelo trabalho que tem feito de inserção, de apoio à comunidade, entendemos que o ponto 3 foge um pouco daquilo que é o âmbito e o objetivo do documento, e aliás procura ir mais longe no sentido de fazer algumas propostas que não visam o objetivo central e portanto propúnhamos que fosse votado em separado em relação aos demais pontos.

E, em relação à proposta do CDS sobre a Feira Anual do Mar, iremos votar favoravelmente porque também era uma das propostas que apresentámos na última eleição autárquica porque entendemos que Almada deve ser um território de reconhecimento, deve ser um território que desenvolve as suas principais características e promove as suas principais riquezas e necessariamente o mar, a Costa da Caparica, tudo aquilo que envolve aquela comunidade e todas as riquezas que estão ali subaproveitadas e infelizmente pouco divulgadas, podem e devem merecer a nossa atenção e essa é mais uma proposta que vem também de encontro



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a muitas das nossas propostas sobre esta matéria mas que também teremos todo o gosto de votar favoravelmente.”

#### 7.3.16 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas considerações finais. Dizer ao Sr. Deputado do CDS que deve ter percebido mal o que eu disse. Já agora gostava de lhe perguntar qual é a sua posição sobre a questão da CostaPolis para o desenvolvimento da Costa, qual é a sua opinião sobre as obras da Costa, qual é a sua opinião sobre, se é cordial que seja a Assembleia Municipal a impor aquilo que se vai fazer para animação na Costa da Caparica. Portanto, penso que provavelmente não percebeu o que eu disse, ou então enfim dentro do seu estilo não quis perceber. Repito o Sr. Presidente da Câmara em sede de 1<sup>a</sup> Comissão, referiu o que iria fazer ou no que começou a trabalhar, o que vai envolver para que a animação na Costa possa ser em conjunto com a Junta de Freguesia, em conjunto com os agentes locais. Portanto, não nos ficamos só pela organização de um festival ou coisa parecida.

Já agora relativamente à questão do Sr. Deputado Nuno Matias, dizer que temos problema nenhum em dividir os pontos deliberativos, mas também gostava de lhe dizer o seguinte, o Sr. acha que aqui só temos que analisar o que é que a Câmara Municipal faz para bem das populações. Eu acho que sim, mas não é só, porque muito daquilo que podem ser as políticas das Câmaras Municipais, dependem das orientações e das políticas do Poder Central. Se há situação em que hoje as populações de Almada e todos nós queremos e chamamos a Câmara à responsabilidade para resolver problemas que na prática são levado e são impostos pelas políticas do Poder Central. E por isso nós dizemos que não é tão descabido assim trazer aqui as consequências para as populações daquilo que são, aquilo que nós chamamos o pacto de agressão. Porque Sr. Deputado, desemprego, Lei das Rendas, fecho de empresas,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

isto não tem a ver com os resultados das políticas centrais? Eu percebo que o Sr. tenha que defender o Governo, mas há limites. E por outro lado, pode acreditar Sr. Deputado e se a sua vida, enfim deve-lhe proporcionar também essa constatação, é que não é indiferente se é público ou privado, dê-me um exemplo de um serviço público que tenha passado para o privado e que por isso as populações estejam a viver melhor e estejam a pagar menos pelos serviços prestados.

O que o Sr. tem é uma EDP com os preços mais caros da Europa, o que o Sr. tem é empresas de transportes por exemplo ao darem a concessão, eu não estou a dizer se é o Governo A ou o Governo B, estou a dizer que são consequências para as populações das políticas do Poder Central. É por exemplo ter uma Fertagus que está fora do Passe Social Intermodal e recebe milhões do Estado Português. O que o Sr. tem é um ataque ao Serviço Nacional de Saúde que fecha Postos de Saúde que tem utentes sem médicos de família e que tem o Hospital Garcia de Orta com problemas perfeitamente diabólicos e a culpa não é da Câmara, desta maioria, seja lá qual for o Partido que esteja numa Câmara Municipal. E portanto, Sr. Deputado de facto não é indiferente ser público ou privado, e a vida vai mostrar que um Estado que privatiza e entrega aos interesses dos privados a chamada regulação, é um Estado que não está a cumprir as suas funções especiais e aquilo que a Constituição da República lhe impõe. Por isso Sr. Deputado, percebo o que diz mas não podemos concordar consigo.”

**7.3.17 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É um pouco para responder às questões que foram levantadas pela Deputada Luísa Ramos. Para dizer que de facto o Partido Socialista estará sempre atento em todas as iniciativas que promovam a melhoria do apoio às crianças e a conciliação da vida familiar, que nos apraz



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

muito de facto que seja uma prioridade atual, embora para nós o que eu vejo aqui no quadro, ponto 19, é reforço dos programas municipais de apoio nos períodos de interrupção letiva e fiquei com alguma dúvida, na medida em que não conheço ao nível do 1º ciclo nenhum programa municipal de apoio aos períodos de interrupção letiva e portanto apraz-nos imenso de facto que seja esta uma prioridade e que só achamos que chega um pouco tardia.”

#### 7.3.18 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só uma pequena nota em relação à questão que tem a ver com a designada proposta de Moção apresentada pelo CDS- Partido Popular, relativa à questão da Feira Anual do Mar.

Durante o debate o Sr. Deputado Municipal fez uma alusão ao foguetório, e portanto sinto-me na obrigação de dizer alguma coisa sobre isso.

Nós vamos continuar a fazer e vamos voltar a fazer este ano, no final do ano, um espetáculo de fogo de artifício, em Cacilhas. E fazemo-lo, hesitámos, é preciso dizê-lo, hesitámos se o devíamos fazer. Assim como hesitámos se devíamos fazer a iluminação pública nos espaços da zona central de Almada. Mas no âmbito das relações que temos vindo a desenvolver com os nossos comerciantes, em particular dessa zona, entendemos que era nosso dever neste período de dificuldades utilizar a nossa capacidade para poder oferecer à população e aos comerciantes esse instrumento para que possam valorizar o espaço onde desenvolvem a sua atividade e nesta época natalícia e final do ano poderem daí tirar algum benefício. Portanto, esse foi o objetivo, é o objetivo, é uma ideia que procuraremos manter assim as nossas possibilidades financeiras o permitam.

Diferente já é a questão do foguetório na Costa da Caparica. Não quer dizer que as pessoas não mereçam que se faça uma festa na Costa da Caparica. Mas, as pessoas da Costa da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Caparica, Concelho de Almada, Região de Setúbal, Área Metropolitana de Lisboa, o País merece que se trate a Costa da Caparica como deve ser. E nesse aspeto nós precisamos muito do seu voto amanhã quando formos votar a questão da posição a tomarmos em relação ao Polis, e à continuação do Polis. Essa é que é a questão fundamental, porque sem Polis é que é foguetório. Aí sim, quando temos na mão a possibilidade de concretizar uma obra e deixamos cair a obra, e depois em sua substituição fazemos uma festa, isso é foguetório, isso é que é foguetório. Peço-lhe desculpa mas tinha que o dizer.”

**7.3.19** - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O CDS já estava à espera que a questão fosse resvalar para a questão do Polis. Eu recordo mais uma vez também esta Assembleia, que outros festivais, que outras feiras por este País fora têm dado bastantes dividendos para esses mesmos Concelhos, muitos deles, a maior parte deles não têm Programa Polis, essa é que é essa. E portanto, são feiras e festivais que atraem uma grande quantidade, centenas de milhares de pessoas e portanto não têm Programa Polis.

É possível fazer uma Feira no Concelho de Almada sem Programa Polis. De qualquer forma o CDS mais uma vez deixa aqui a sua posição, sim somos contra este Programa Polis tal qual ele está. Isso que fique bem claro. De qualquer forma Sr. Presidente da Assembleia, eu gostaria de questionar o Sr. Presidente se na Moção do CDS-PP aparece a palavra impor à Câmara Municipal que tome as referidas diligências, portanto se calhar foi mesmo o CDS-PP que ouviu mal.”

**7.4** - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.4.1** - A Moção/Saudação sobre Prémio Município de Almada Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino, foi aprovada por unanimidade.

**7.4.2** - A Moção/Deliberação Pela reposição das onze freguesias no Concelho de Almada, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (dos eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.4.3** - A Moção/Deliberação Por transportes públicos ao serviço das populações, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por pontos:

**7.4.3.A** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente era só para precisar se a CDU aceitou a votação em separado a questão da alínea f).”

**7.4.3.B** - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De facto esquecia-me, tem razão e ainda bem que chamou atenção, não estamos de acordo, e vou-lhe explicar porquê. É porque neste momento com as Comissões que temos, a 1ª Comissão tem esse âmbito mobilidade, acessibilidades, transportes. Para fevereiro vamos discutir Comissões, isso já foi posto na reunião de Representantes. Agora, parece-me que nesta fase do campeonato estar a criar uma, esta fase e ainda por cima temos uma Comissão que tem esse âmbito, não nos parece razoável estar a criar uma eventual só para isso e portanto é só por isso que achamos que não é oportuno criar a Comissão.”

**7.4.3.1** - A alínea a), foi aprovada por unanimidade;

**7.4.3.2** - As restantes alíneas foram aprovadas por maioria com trinta e três votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP e do PAN) e cinco abstenções (dos eleitos do PSD).

**7.4.4** - A Moção/Deliberação Em defesa dos Estaleiros de Viana do Castelo, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (dos eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.4.5** - A Moção/Deliberação “Contra a exploração e o empobrecimento; Mudar de Política - Por um Portugal com futuro, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (dos eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.4.6** - A Moção/Deliberação Em defesa do serviço público postal - contra a privatização, pela reabertura das estações de correios, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (dos eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.4.7** - A Moção/Deliberação sobre Acesso da av.<sup>a</sup> Cristo Rei à av.<sup>a</sup> D. Nuno Álvares Pereira, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, foi aprovada por unanimidade.

**7.4.8** - A Moção/Deliberação sobre o Apoio às crianças do 1º ciclo nos períodos de interrupção letiva, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D’Assis, foi aprovada por unanimidade.

**7.4.9** - A Moção/Deliberação Em defesa da reabertura dos serviços de CTT no Feijó, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Rita Pereira, foi aprovada por pontos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.4.9.1** - O ponto nº 1 foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, BE e do PAN), cinco votos contra (dos eleitos do PSD) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

**7.4.9.2** - O ponto nº 2 foi rejeitado com vinte e cinco votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE), onze votos a favor (dos eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e duas abstenções (do eleito do CDS-PP e da eleita do PAN).

**7.4.10** - A Moção/Deliberação sobre Congresso da mudança - Almada 1993 - 20 anos depois, mais associativismo, voluntariado e participação, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Sónia Silva, foi aprovada por pontos:

**7.4.10.1** - Todos os pontos da Moção/deliberação com exceção do ponto nº 3 foram aprovados por unanimidade.

**7.4.10.2** - Ponto nº 3, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis abstenções (dos eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.4.11** - O Projeto de Recomendação sobre Feira anual do Mar, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi rejeitada por maioria com vinte votos contra (dos eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE), seis votos a favor (dos eleitos do PSD e do CDS-PP) e doze abstenções (dos eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do PAN).

**8** - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 19 de dezembro.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo Vitorino; Joaquim António da Silva Gomes Barbosa; Francisca Luís Baptista Parreira; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; António José Pinho Gaspar Neves; Francisco Miguel Pereira Cardina..

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Sr.<sup>as</sup> Juristas Fábria Mateus e Maria João Carvalho de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de cinquenta e um Srs. Munícipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 19 de dezembro de 2013.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE \_\_\_\_\_

—

A 1ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A 2ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_